

1

A INVESTIGAÇÃO DE HOMICÍDIOS EM SERRA (ES), LAURO DE FREITAS (BA) E ALVORADA (RS)¹

Fabiana da Silva Bento²
Lígia Rechenberg³

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar como o fenômeno dos homicídios é compreendido em três municípios localizados em regiões diferentes do país e o processo de investigação das ocorrências registradas em 2012. Os resultados apurados para Serra (ES), Lauro de Freitas (BA) e Alvorada (RS) revelam semelhanças entre os perfis de vitimização e circunstâncias das ocorrências quando avaliados todos os registros de homicídios. Predominam vítimas do sexo masculino, jovens, assassinatos cometidos com uso de arma de fogo, com pouca informação sobre a motivação ou circunstância da morte no primeiro registro policial. O percentual de identificação de autoria dos inquéritos instaurados para investigar esses homicídios situa-se entre 30% e 45%. Os procedimentos de investigação foram analisados com base na identificação dos fluxos de registro e atendimento aos casos de homicídios e na análise de uma amostra de inquéritos que tramitaram em cada cidade. Os municípios apresentam formatos e rotinas variados em decorrência das características dos homicídios, do relacionamento entre as instituições que participam das investigações e do perfil dos profissionais alocados. A autoria dos casos é geralmente identificada com provas testemunhais e, mesmo havendo um esforço por parte da Polícia e do Ministério Público em complementá-las com provas técnicas periciais, ainda há limites na atuação e contribuição das perícias.

Palavras-chave: Homicídios. Caracterização dos homicídios. Fluxo de atendimento a homicídios. Investigação de homicídios. Elucidação de homicídios.

1 Este artigo é derivado de pesquisa referente à área temática C.3. Diagnóstico dos Homicídios, realizada pelo Instituto Sou da Paz, no âmbito do Projeto BRA/04/029: Pensando a Segurança, implementado e financiado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça (MJ) em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A pesquisa foi coordenada pelo Prof. Theodomiro Dias Neto e a equipe de pesquisadores composta por Aline de Oliveira Kerber (Alvorada), Ana Maura Tomesani Marques (Lauro de Freitas), Fabiana da Silva Bento, Lígia Rechenberg, Carolina de Mattos Ricardo, Natália Pollachi, Ana Luiza Villela de Viana Bandeira, Surrailly Fernandes Youssef e Flávia Fernandes Pinto. O presente artigo foi revisado pelo Prof. Theodomiro Dias Neto.

2 Mestre em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas.

3 Pós-graduada em Jornalismo Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ABSTRACT

This research aimed to understand the phenomenon of homicides in three cities located in different regions of the country and the process of investigation of the incidents recorded during 2012. Results for Serra (ES), Lauro de Freitas (BA) and Alvorada (RS) reveal similarities between the profiles of victimization and circumstances of occurrences when evaluated all records of homicides. Male victims, young people, murders committed using firearms with little information about the motivation or circumstance of death in the first police report predominate. The percentage of authorship identification of these murders is between 30-45%. Investigation procedures were analyzed based on the identification of crime reporting and scene management activities to respond to homicides as well as the analysis of a sample of investigations conducted in each city. The existence of several patterns of activities and routines shaped by the characteristics of the homicides, the relationship between the institutions participating in investigations and the profiles of professionals allocated was observed. The authorship of the cases is usually identified based on testimonial evidence and even when there is an effort to complement them with expert technical evidence, Forensic has a limited contribution.

Keywords: Homicides. Characteristics of homicides. Homicides responding flow. Homicides investigation. Homicides elucidation.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil concentra quase 10% dos homicídios cometidos no planeta. Na última década, apesar das reduções significativas nas taxas registradas em algumas regiões e Estados brasileiros (como São Paulo e Pernambuco), a incidência desse tipo de crime mantém-se em patamares elevados. Isso significa que, embora haja melhorias pontuais, o volume de homicídios registrados no país e a taxa de vitimização observada para grupos de 100 mil habitantes têm variado pouco nos últimos anos, o que justifica o fato de a Segurança Pública figurar entre as principais preocupações dos brasileiros.⁴

Esse cenário adverso evidencia a necessidade de desenvolver estratégias para reduzir o número de homicídios. Sabe-se, contudo, que à exceção das informações disponibilizadas pelo Datasus sobre o perfil das pessoas mortas em decorrência de agressões (categoria que contempla as mortes por homicídio), não há, por parte das instituições de Segurança Pública, políticas de gestão que promovam a sistematização das informações coletadas no momento do registro dos homicídios ou mesmo após sua investigação e esclarecimento e que possibilitem a compreensão do fenômeno para além das estatísticas criminais. Nesse contexto, as ações para prevenir e combater a ocorrência de homicídios devem ser desenvolvidas e orientadas por diagnósticos mais amplos sobre esse tipo de crime. Espera-se que tais diagnósticos apontem, entre outros, o perfil de vítimas e autores, circunstâncias em que as mortes ocorrem, motivação e meios utilizados para a prática do crime.

Também são necessárias avaliações sobre a capacidade de investigação e de esclarecimento dos homicídios, sobretudo nos locais que apresentam taxas elevadas desse tipo de delito. A alta incidência de impunidade é danosa para toda a sociedade e um risco para a consolidação do Estado Democrático de Direito, pois potencializa a descrença, a desconfiança e, no limite, a deslegitimação das instituições de Segurança Pública e de Justiça Criminal. O fato de muitas pessoas não serem responsabilizadas pelos delitos que cometem pode estimular a prática de crimes pela certeza da impunidade, o que por sua vez aumenta as percepções de desamparo e injustiça na população. O recurso individual à resolução dos conflitos pode, ainda, alimentar o ciclo da violência.

⁴ Pesquisa Problemas e Prioridades do Brasil para 2014, elaborada pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) em parceria com o Ibope entre os dias 23 de novembro e 2 de dezembro de 2013.

Evidencia-se, assim, a necessidade de pesquisas que contribuam para o entendimento do fenômeno dos homicídios e que permitam a identificação dos encaminhamentos estatais a essas ocorrências. A melhor compreensão do problema é pressuposto para a formulação de políticas públicas que contribuam para a elucidação⁵ das investigações de homicídios e a responsabilização dos autores dos delitos.

O presente estudo teve como objetivo compreender o fenômeno dos homicídios em três municípios brasileiros a partir de considerações sobre o perfil das ocorrências registradas nesses locais em 2012 e sobre os procedimentos adotados para atendimento e investigação dessas ocorrências.

2 METODOLOGIA

Para o presente estudo, foram selecionadas as cidades de Serra (ES), Lauro de Freitas (BA) e Alvorada (RS), que possuem população superior a 100 mil habitantes, pertencem à região metropolitana de suas respectivas capitais estaduais e cujas estatísticas são consideradas confiáveis.⁶ Essas localidades apresentam taxas de homicídios dolosos muito superiores à taxa nacional apurada em 2012 (24,3 homicídios por 100 mil habitantes) e à taxa de suas capitais estaduais, sendo identificadas como polos de violência.⁷ Para a escolha dos municípios, consideraram-se adicionalmente as diferentes regiões do país, aspecto que permitiu o melhor entendimento sobre as diferentes dinâmicas criminais relacionadas à prática dos homicídios. Também por esse motivo, foi necessário garantir a comparabilidade entre as localidades a serem analisadas, de forma que fosse possível traçar paralelos entre as realidades desses locais e os arranjos institucionais desenvolvidos no âmbito municipal para lidar com a questão.

Quanto à identificação dos procedimentos de atendimento aos homicídios e de investigação em cada uma das cidades analisadas, foram considerados dados sobre a capacidade de elucidação dos homicídios e a relação entre as instituições (incluindo Ministério Público) nos locais estudados, aspectos considerados relevantes para que sejam pensadas políticas públicas voltadas à redução da incidência desse tipo de crime. Foram considerados os dados de 2012 como ano de referência, uma forma de garantir que, dado o tempo transcorrido, informações sobre os resultados das investigações estariam disponíveis para análise.

Além disso, como pesquisas anteriores apontam a influência da investigação preliminar realizada durante o primeiro atendimento da ocorrência para a elucidação do homicídio (MINGARDI, 2005), neste trabalho, a análise sobre os procedimentos de investigação contemplou duas etapas de pesquisa: a identificação dos fluxos de atendimento das ocorrências e, na sequência, a apresentação dos formatos dos trabalhos de investigação desenvolvidos pelas delegacias.

As considerações sobre o trabalho de investigação e as dificuldades enfrentadas para a elucidação dos casos tratam tanto dos aspectos relacionados ao primeiro atendimento da ocorrência quanto da etapa de realização do inquérito policial.

Assim, a partir do levantamento das informações sobre o total de ocorrências registradas em cada município, buscou-se caracterizar as vítimas e os autores, bem como as circunstâncias e as motivações relacionadas às ocorrências. Para tal intento, primeiro foram mapeados os formatos adotados para registro das ocorrências nas cidades analisadas e os órgãos responsáveis

5 Este trabalho considerou a classificação utilizada por Costa (2014), que considera um homicídio elucidado aquele em que a autoria do delito foi identificada ao final dos procedimentos de investigação.

6 Segundo classificação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, desenvolvida a partir das respostas recebidas dos gestores estaduais do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESPJC), do Ministério da Justiça, sobre os dados apresentados pelos Estados.

7 As taxas de vitimização por homicídios foram de 81,4 a cada 100 mil habitantes em Serra, 81,3 em Lauro de Freitas e 70,4 em Alvorada.

pela sistematização dessas informações. Tais dados subsidiaram a definição da amostra e dos procedimentos de coleta de dados.

Na primeira etapa de pesquisa, dois recursos foram utilizados: (a) consulta aos bancos de dados oficiais produzidos pelas Secretarias de Segurança Pública de cada um dos Estados analisados; (b) leitura dos registros das ocorrências e, quando verificada a indisponibilidade de dados oficiais sobre um dos aspectos pesquisados, sistematização das informações de interesse da pesquisa.

Em Serra, por exemplo, verificou-se que a principal fonte de informações era a Gerência de Estatística e Análise Criminal (Geac), da Secretaria de Segurança Pública. Contudo, dada a limitação das informações coletadas, que não apresentavam a classificação das circunstâncias ou motivações para o crime, outras fontes foram acessadas para complementar os dados. Dessa forma, também foram consideradas as informações apresentadas pelos Relatórios de Atendimento ao Local do Crime produzidos pelos investigadores da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). O conteúdo desses relatórios foi retrabalhado em um banco de dados desenvolvido para esta pesquisa, e as informações descritivas sobre o histórico da ocorrência serviram de base para a busca dos dados faltantes.

Em Lauro de Freitas, as informações foram todas trabalhadas a partir do conteúdo dos Boletins de Ocorrência (BO), fornecidos pela Superintendência de Gestão Integrada da Ação Policial (Siap). A partir da leitura desses documentos, foram extraídas informações sobre o perfil dos crimes (dias, horários e locais das ocorrências), perfil de vítimas e autores e as circunstâncias ou motivações para a ocorrência dos homicídios, informações que foram inseridas em um banco de dados desenvolvido para a pesquisa.

Já em Alvorada os dados que subsidiaram a caracterização das ocorrências de homicídios registradas em 2012 foram fornecidos pela Divisão de Planejamento e Coordenação da Polícia Civil (Diplanco) e pela Divisão de Estatísticas Criminais da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (SSP/RS), sendo preciso apenas retrabalhar as inconsistências e o conteúdo descritivo dos registros policiais para que fosse possível classificar a circunstância ou motivação dos crimes conforme os critérios estabelecidos pela pesquisa.

Finalizada a caracterização geral das ocorrências, a segunda etapa da pesquisa contemplou a análise de informações sobre os procedimentos de investigação e sobre o fluxo de registro e atendimento a uma ocorrência de homicídio. Foram consideradas as informações coletadas por meio da análise de uma amostra de inquéritos policiais de homicídio e de entrevistas semiestruturadas com profissionais que participam dos trabalhos de investigação.

Estabeleceu-se que, como amostra, seriam avaliados 30% dos inquéritos policiais referentes a homicídios ocorridos em 2012 e que tiveram a investigação concluída. Na análise amostral não foram considerados casos nos quais o inquérito foi instaurado por um auto de prisão em flagrante, porque se buscava avaliar como as investigações de homicídios conseguem levar à identificação de autoria do delito, portanto, com foco nos homicídios que inicialmente tiveram autoria desconhecida. Verificou-se, assim, que em Serra seriam avaliados 27 inquéritos policiais, em Lauro de Freitas, 14 e em Alvorada, 34.

Outro ponto considerado na definição das amostras diz respeito ao percentual de casos que tiveram a autoria identificada ao final das investigações. Foi estabelecido que 60% dos inquéritos selecionados deveriam ser de investigações concluídas com identificação de autoria e 40% de investigações sem identificação de autoria. Tal critério foi adotado como forma de permitir avaliar quais as principais diferenças entre os casos elucidados e os casos sem elucidação. A amostra também privilegia os casos elucidados como forma de permitir uma análise mais rigorosa sobre os fatores que contribuíram para a identificação da autoria do delito.

Especificamente em relação à investigação dos homicídios, além de identificar a taxa de elucidação dos crimes em cada uma das cidades avaliadas, na análise dos documentos incluídos na amostra de inquéritos policiais verificaram-se aspectos que podem ter impacto sobre a elucidação dos homicídios: duração do trabalho de investigação, procedimentos realizados, provas produzidas e questões ligadas à gestão deste trabalho (especificamente no que tange às atividades dos delegados e equipes de investigação e à relação entre as agências – como Perícia e Ministério Público).

As informações dos inquéritos policiais da amostra foram sistematizadas em um banco de dados estruturado. Foram extraídas frequências sobre os documentos solicitados, procedimentos realizados e formatação do atendimento ao local do crime, segundo a cidade. Além disso, considerando que o Ministério Público tem como responsabilidade acompanhar as investigações concluídas para requerer ou não a instauração de uma ação penal, este trabalho procurou identificar de que forma o Ministério Público foi acionado durante as investigações de homicídios e se essa instituição realizou algum tipo de fiscalização do trabalho de investigação policial.

Destaca-se que a amostra não foi selecionada de forma aleatória. Os dados apresentados sobre os inquéritos policiais são, assim, exemplificativos da situação e dos procedimentos adotados em cada um dos municípios analisados, mas não podem ser extrapolados para o universo de investigações conduzidas pelas delegacias.

A sistematização dessas informações buscou principalmente subsidiar o trabalho de identificação de boas práticas e os desafios inerentes ao trabalho de investigação percebidos em cada local.

3 RESULTADOS

Os três municípios contemplados na pesquisa inserem-se em regiões e realidades socioculturais e político-institucionais variadas, mas possuem características comuns que possibilitam análises comparativas. Todos fazem parte de regiões metropolitanas das capitais de seus respectivos estados, apresentam população e características majoritariamente urbanas e, apesar de diferenças nas atividades econômicas predominantes, são conhecidos como cidades-dormitório dos trabalhadores das capitais estaduais.

Apesar das semelhanças quanto às características mais gerais, foram identificados diferentes arranjos institucionais relacionados à investigação de homicídios, como a existência de iniciativas em âmbito estadual para a redução destes crimes e os diferentes formatos das delegacias incumbidas da investigação das ocorrências. Em Serra, o programa Estado Presente em Defesa da Vida influencia o formato e as rotinas das delegacias; em Lauro de Freitas, a existência da política estadual Pacto pela Vida impacta pouco o trabalho das delegacias, e relata-se que a responsabilidade pelas investigações de homicídios ainda cabe às delegacias territoriais; já em Alvorada verifica-se o impacto de iniciativas implementadas no âmbito da Polícia Civil do Rio Grande do Sul para incrementar a capacidade de investigação e de elucidação dos homicídios, especialmente a alteração do formato das delegacias para um modelo de delegacia especializada, a exemplo das Delegacias de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

O Programa Estado Presente desenvolve-se no Espírito Santo desde 2011 e tem como principal objetivo reduzir a criminalidade e o número de homicídios por meio da integração de diferentes secretarias estaduais em ações de enfrentamento e prevenção da violência. Para que tal objetivo possa ser alcançado, criou-se um grupo de ações voltadas à prevenção da violência e à melhoria da qualidade de vida da população, ao mesmo tempo em que se desenvolveu um plano de metas e de indicadores para monitoramento e avaliação das ações policiais. O acompanhamento de tais

indicadores e a condução das atividades de integração entre os atores ficaram sob a responsabilidade da então criada Secretaria Extraordinária de Ações Estratégicas (Seae), também responsável pela coordenação das ações do Programa Estado Presente. Uma vez estabelecido esse modelo de gestão, os diferentes atores envolvidos no ciclo de atendimento às ocorrências de homicídio passaram a prestar contas dos resultados de seu trabalho em reuniões mensais promovidas pela Seae, com a participação de membros de diferentes Secretarias de Estado, Prefeituras, Polícias Militar e Civil, Judiciário e Ministério Público. Esse processo permitiu a aproximação entre os profissionais e a melhoria da produção de informações sobre o atendimento às ocorrências, inclusive com a prestação de contas das ações desenvolvidas no âmbito das delegacias. Quando são analisadas as informações sobre o município de Serra ou os documentos coletados nesse município são caracterizados, percebe-se maior padronização dos procedimentos e maior clareza por parte dos atores sobre seu papel em cada uma das etapas de investigação, algo que parece estar diretamente relacionado à existência do Programa Estado Presente.

Na Bahia, também em 2011 foi criado o programa Pacto Pela Vida, idealizado como uma combinação de ações de prevenção social com ações integradas realizadas pelas Polícias Civil, Militar e Departamento de Polícia Técnica visando à redução de dois indicadores: crimes violentos letais intencionais (CVLI) e crimes violentos contra o patrimônio (CVP). O programa é liderado pelo governador do Estado e, apesar de propor ações de abrangência estadual, sua implantação não implicou mudanças estruturais no registro e na investigação das ocorrências de homicídios em Lauro de Freitas, tarefas que mesmo após a criação do Programa ficaram a cargo das três delegacias territoriais do município. Nesse caso, as delegacias territoriais concentram as responsabilidades e as decisões sobre os procedimentos, de modo que os trabalhos se mostram fortemente influenciados pelas características pessoais de cada delegado encarregado das investigações. Além disso, como a delegacia territorial é responsável pelo atendimento a todo tipo de delito ocorrido dentro de sua circunscrição, as dificuldades relacionadas à sobrecarga de trabalho são apontadas de modo recorrente.

Quanto ao Rio Grande do Sul, 2011 marcou o início de um processo de mudanças nas estratégias de investigação dos homicídios levadas a efeito pela Polícia Civil gaúcha. Esse reposicionamento estabeleceu-se a partir de dois grandes eixos de intervenção: ações de repressão qualificada e o direcionamento de esforços no sentido da especialização da investigação de homicídios nas 11 cidades que concentram mais de 60% dos homicídios do Estado. Essa mudança implicou a criação de delegacias especializadas para atendimento às ocorrências de homicídios nos municípios priorizados e a contratação e o direcionamento de mais profissionais para que atuassem nessas novas unidades. Alvorada foi uma das cidades beneficiadas por essas mudanças estruturais e passou a contar com uma delegacia especializada para investigação de homicídios a partir do segundo semestre de 2012.

Apesar de o grande fator de mudança ser constantemente apontado como a especialização das delegacias, cabe ressaltar que também a equipe da Diplanco passou a desempenhar um trabalho mais central sobre a investigação de homicídios. A Diplanco tornou-se responsável pela estruturação de relatórios diários para acompanhamento das ocorrências e pela supervisão do trabalho de investigação desenvolvido nas delegacias, o que permitiu a melhoria dos tempos de tramitação das investigações e a incorporação de boas práticas ao trabalho de investigação criminal.

Dessa forma, apesar do contexto socioeconômico semelhante entre as cidades analisadas, a estrutura interna das polícias e a existência de políticas estaduais de Segurança Pública interferem no formato de investigação estabelecido em cada local e, por tal motivo, precisam ser consideradas na análise das dinâmicas criminais.

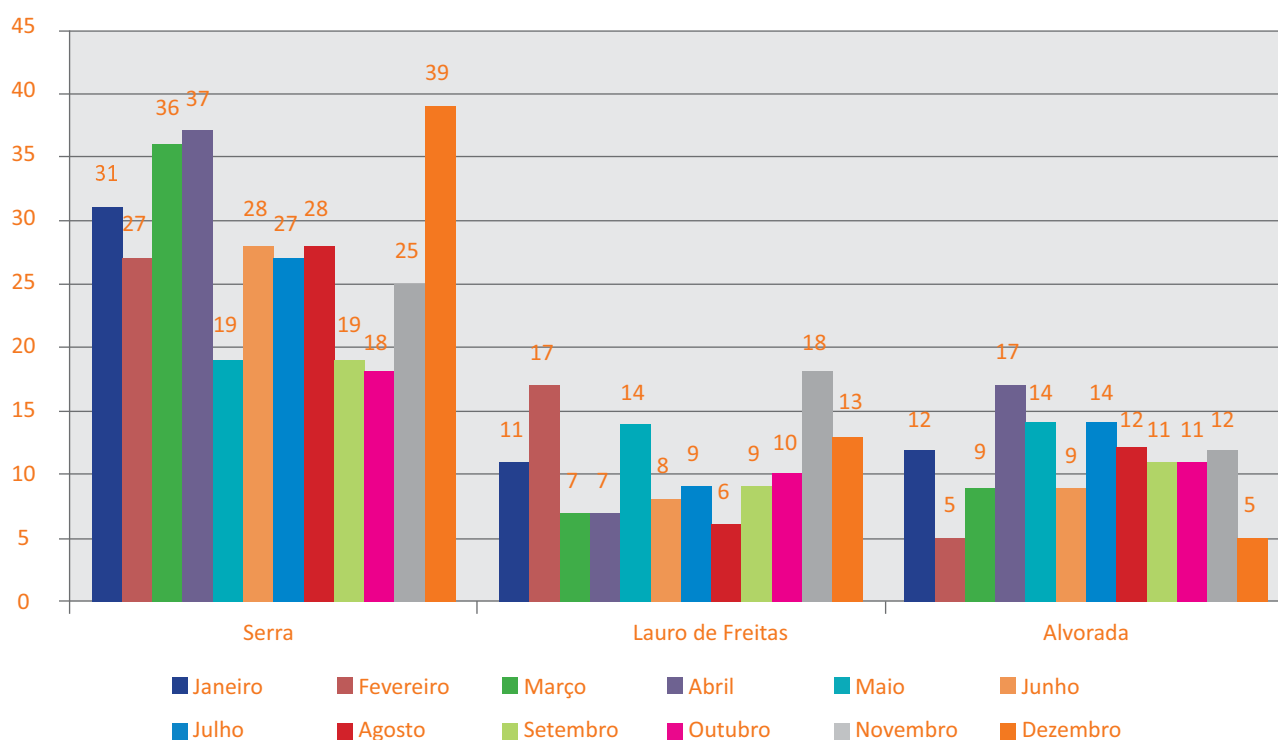
3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS HOMICÍDIOS

Segundo as fontes oficiais consultadas, ao longo de 2012 Serra registrou 334 ocorrências de homicídios que vitimaram 344 pessoas; Lauro de Freitas registrou 129 ocorrências com 139 vítimas fatais; e Alvorada, 131 ocorrências com 139 vítimas, conforme a Tabela 1.

Ainda que em números absolutos o município capixaba tenha registrado o dobro de ocorrências em relação aos outros dois, em termos de taxa de vitimização para 100 mil habitantes o número é muito próximo ao verificado em Lauro de Freitas, o que reitera o argumento de que as três cidades analisadas podem ser consideradas polos de violência.

Tabela 1 – Ocorrências de homicídios, número de vítimas e taxas de vitimização. Serra (ES), Lauro de Freitas (BA) e Alvorada (RS), 2012.

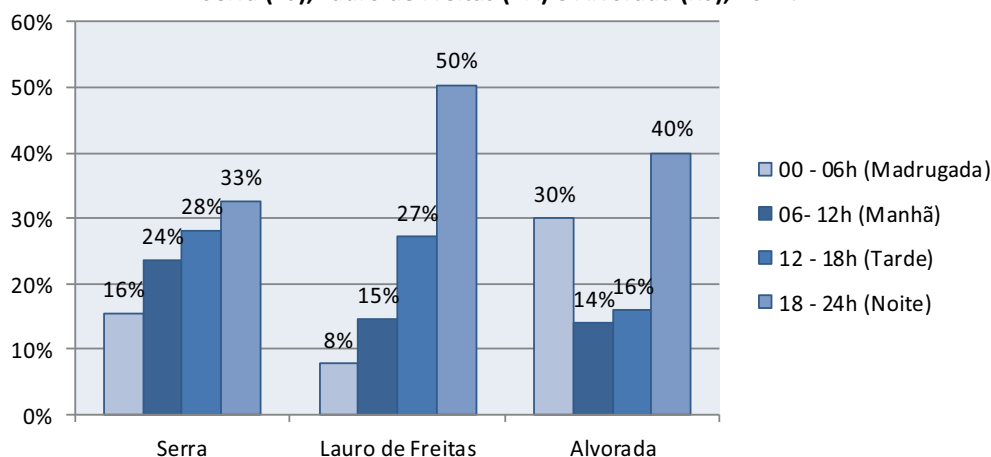
	Serra	Lauro de Freitas	Alvorada
Ocorrências	334	129	131
Vítimas	344	139	139
Taxa de vitimização (por 100 mil hab.)	81,4	81,3	70,4



Fonte: GEAC (ES), SIAP (BA) e Divisão de Estatísticas Criminais/SSP/RS (RS)
 Elaboração: Pesquisa Diagnóstico de Homicídios, Instituto Sou da Paz/Senasp, 2014.

Com relação ao dia da semana, os três municípios analisados apresentaram concentração de casos nos finais da semana e mais da metade dos casos aconteceu entre sexta-feira e domingo. Também é evidente o maior número de homicídios no período noturno, sendo que em Serra e Lauro de Freitas a distribuição das ocorrências mostra haver mais mortes nos períodos da tarde e da noite, enquanto em Alvorada os períodos com maior número de registros são noite e madrugada.

Gráfico 2 – Distribuição das ocorrências de homicídios, por período do dia. Serra (ES), Lauro de Freitas (BA) e Alvorada (RS), 2012.

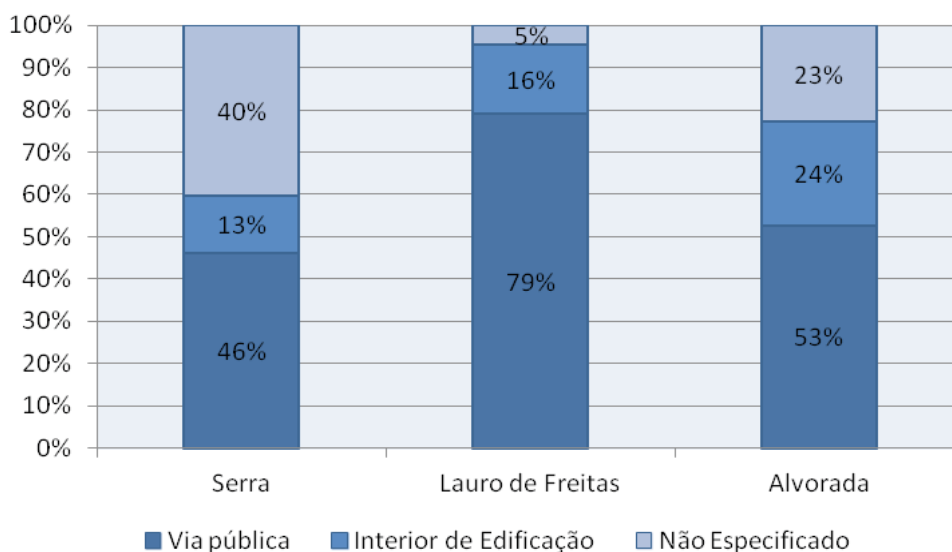


Fonte: GEAC (ES), SIAP (BA) e Divisão de Estatísticas Criminais/SSP/RS (RS).
Elaboração: Pesquisa Diagnóstico de Homicídios, Instituto Sou da Paz/Senasp, 2014.

Quanto ao instrumento utilizado para a prática do homicídio, é significativo o percentual de mortes cometidas com armas de fogo: 86%, em Serra, e 88%, em Lauro de Freitas e em Alvorada. Na sequência aparecem as armas brancas, porém com percentual menos significativo: 9% dos casos, em Serra, e 5%, em Lauro de Freitas e Alvorada. Mortes provocadas por outros meios (como asfixia e espancamento) são pouco frequentes nas três cidades.

Tabela 2 – Número e distribuição das ocorrências de homicídios, segundo meios ou instrumentos utilizados para a prática do homicídio. Serra (ES), Lauro de Freitas (BA) e Alvorada (RS), 2012.

	Serra		Lauro de Freitas		Alvorada	
	N. Absoluto	Percentual	N. Absoluto	Percentual	N. Absoluto	Percentual
Arma Branca	30	9%	6	5%	6	5%
Arma de Fogo	286	86%	113	88%	115	88%
Asfixia	3	1%	-	-	-	-
Espancamento	3	1%	2	2%	1	1%
Instrumento Contundente	8	2%	3	2%	2	2%
Não Identificado	4	1%	5	4%	7	5%
TOTAL	337	100%	129	100%	131	100%



Fonte: DHPP (ES), SIAP (BA) e Divisão de Estatísticas Criminais/SSP/RS (RS).

Elaboração: Pesquisa Diagnóstico de Homicídios, Instituto Sou da Paz/Senasp, 2014.

Sobre as motivações para os homicídios, como em nenhuma cidade foi identificada a existência de uma classificação sobre esta informação, a pesquisa desenvolveu um critério que se pautou em dois tipos de dados: (a) leitura prévia dos históricos de todos os registros de homicídios dolosos das três cidades; (b) revisão bibliográfica sobre os formatos de classificação adotados em outros estudos (ESTELLITA *et al.*, 2013; SOU DA PAZ, 2013b).

O modelo aplicado às três localidades buscou caracterizar os fatores apresentados como justificativa para o cometimento do crime conforme a descrição apresentada no histórico da ocorrência registrada, numa tentativa de captar da forma mais padronizada possível as diferentes dinâmicas criminais apontadas pelos registros policiais.

Para esta pesquisa, foram especificadas oito categorias de circunstâncias que poderiam ser identificadas no primeiro registro: (a) **discussão**, ocorrências nas quais houve algum tipo de conflito entre conhecidos, vizinhos, familiares, colegas de trabalho, pessoas no trânsito ou qualquer situação de discussão decorrente de um motivo aleatório e inesperado; (b) **conflito de casal**, casos que descreviam situação de desentendimento entre duas pessoas com relação afetiva (atual ou prévia) e que serviu de justificativa para a prática do crime; (c) **cobrança de dívida**, homicídios motivados por empréstimos não pagos, compras de bens, etc.; (d) **queima de arquivo**, casos em que testemunhas de crimes ou informantes foram executados; (e) **tráfico de drogas**, ocorrências em que a motivação do crime estava vinculada à dinâmica do tráfico de drogas (cobrança de dívida entre traficantes e usuários, disputa pelos pontos de comercialização dos entorpecentes); (f) **encontro de cadáver**, situações em que um corpo foi localizado depois de decorrido tempo razoável da morte e por este motivo não havia informações sobre a dinâmica do crime; (g) **vingança**, homicídios praticados com vista ao restabelecimento da situação de igualdade entre autor e vítima, sendo algumas vezes justificado como “defesa da honra”; (h) **linchamento**, crime cometido por um grupo de pessoas com o intuito de punir um indivíduo supostamente transgressor.

Também foi possível identificar que muitos dos casos analisados não apresentavam informação sobre a dinâmica do crime. Por esse motivo, incluíram-se mais duas categorias: homicídio **desconhecido** e homicídio **desconhecido com indício de execução**. A primeira categoria compreendeu casos nos quais não foi possível extrair qualquer tipo de informação sobre a dinâmica do homicídio, dada a limitação das descrições dos registros policiais; já a segunda categoria correspondeu a casos nos

quais a única informação dizia respeito à nítida intenção de matar, com uma abordagem direta ou de surpresa da vítima.

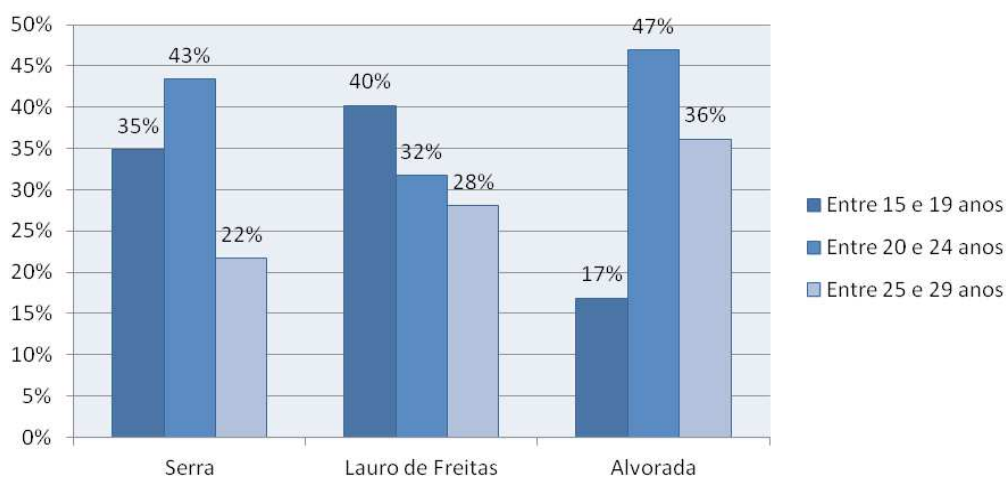
Observou-se nas três cidades analisadas um expressivo volume de casos sem informação sobre a motivação do crime durante o primeiro registro da ocorrência – 88%, em Serra, e 91%, em Lauro de Freitas e Alvorada. Em Serra houve mais casos que apontam indícios de execução.

Tabela 3 – Número de ocorrências de homicídios, por motivações/circunstâncias dos homicídios. Serra (ES), 2012.

Motivação/Circunstância	n. Absoluto	Percentual
Desconhecido	90	45%
Desconhecido com indício de execução	85	43%
Conflito de casal	6	3%
Discussão	6	3%
Encontro de cadáver	5	3%
Vingança	5	3%
Tráfico de drogas	2	1%
Queima de arquivo	1	1%
TOTAL	200	100%

Motivação/Circunstância	n. Absoluto	Percentual
Desconhecido	96	74%
Desconhecido com indício de execução	22	17%
Encontro de cadáver	4	3%
Discussão	3	2%
Vingança	2	2%
Cobrança de dívida	1	1%
Conflito de casal	1	1%
TOTAL	129	100%

Motivação/Circunstância	n. Absoluto	Percentual
Desconhecido	82	63%
Desconhecido com indício de execução	37	28%
Discussão	4	3%
Tráfico	2	2%
Vingança	2	2%
Encontro de cadáver	2	2%
Conflito de casal	1	1%
Linchamento	1	1%
TOTAL	131	100%

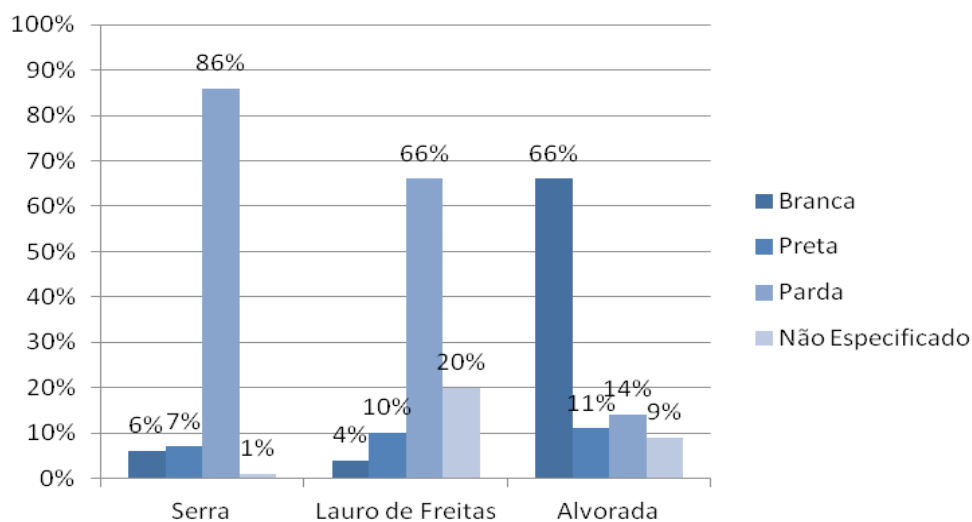


Fonte: GEAC (ES), SIAP (BA), Divisão de Estatísticas Criminais/SSP/RS (RS).
Elaboração: Pesquisa Diagnóstico de Homicídios, Instituto Sou da Paz/Senasp, 2014.

8 Sistema estadual que reúne ocorrências da Brigada Militar e da Polícia Civil em uma plataforma integrada de acesso. Os dados oficiais partem desse sistema.

Com relação à raça/cor das vítimas, predominaram em Serra e Lauro de Freitas vítimas pardas, já em Alvorada, dadas as características demográficas do município, a maior frequência correspondeu às vítimas brancas.

Gráfico 5 – Distribuição das vítimas de homicídios, por raça/cor. Serra (ES), Lauro de Freitas (BA) e Alvorada (RS), 2012.



Fonte: GEAC (ES), SIAP (BA), Divisão de Estatísticas Criminais/SSP/RS (RS).
Elaboração: Pesquisa Diagnóstico de Homicídios, Instituto Sou da Paz/Senasp, 2014.

3.2 FLUXO DE REGISTRO E ATENDIMENTO

Concluída a caracterização das ocorrências de homicídios registrados em 2012, mostrou-se necessário identificar o fluxo de atendimento inicial às ocorrências, desde a forma com que os crimes são comunicados à polícia, o repasse de informações entre as equipes, até o comparecimento ao local do homicídio e a posterior instauração do inquérito policial. Esta etapa de pesquisa teve como principal intuito compreender o contexto em que alguns dos documentos são solicitados e confeccionados e a forma com que as informações coletadas durante a fase de investigação preliminar são levantadas e compartilhadas entre os profissionais alocados no atendimento aos homicídios.

O pressuposto adotado teve como referência o estudo de Costa (2013), que aponta que aspectos demográficos, situacionais e organizacionais (como a estrutura da polícia e os procedimentos de investigação existentes) podem interferir nas decisões pela investigação e no desempenho destas. Identificar os procedimentos adotados em cada uma das cidades e os documentos produzidos durante a etapa inicial de atendimento a uma ocorrência mostrou-se importante para orientar a análise dos inquéritos policiais, possibilitando melhor compreensão sobre a fonte das informações, suas limitações e propósitos.

Assim, apesar de haver similaridades nas características socioeconômicas e demográficas entre os municípios, a estrutura interna das polícias e a existência de políticas estaduais de Segurança Pública interferem no formato de investigação de cada localidade e, por tal motivo, precisam ser considerados.

Além disso, a verificação das características dos homicídios revelou que em todas as cidades analisadas faltam informações sobre a motivação do crime ou sobre sua autoria no primeiro registro da ocorrência. Esses dados reiteram a importância da investigação para a elucidação dos crimes e demonstram a existência de desafios para a realização dos trabalhos de investigação.

3.2.1 Serra (ES)

A porta de entrada para o registro e atendimento a um homicídio na Grande Vitória é o Centro Integrado Operacional de Defesa Social (Ciodes). O Ciodes compreende uma central telefônica que atende aos chamados emergenciais direcionados às Polícias Militar e Civil e ao Corpo de Bombeiros, concentrando equipes das três instituições e que são responsáveis pelo atendimento ao chamado, registro da ocorrência e despacho das equipes de atendimento ao local.

A população aciona o Ciodes via 190, e então uma equipe de *call center* situada dentro do Centro recebe as primeiras informações sobre o suposto crime e realiza um filtro dos chamados, classificando-os de acordo com sua prioridade de atendimento. Os operadores geram um Boletim de Chamado e repassam as informações para a equipe da Polícia Militar.

A equipe da PM alocada deve então informar a viatura mais próxima da área onde teria ocorrido o crime, solicitando que esses policiais compareçam ao local e verifiquem a informação. Quando confirmada a ocorrência de homicídio, a informação é repassada à equipe do Ciodes para que o atendimento tenha sequência. Enquanto isso, a viatura da PM presente no local do homicídio deve preservar a cena do crime.

Ainda no ambiente do Ciodes, as Polícias Civil e Técnico-Científica são encaminhadas para realizar o primeiro atendimento e, uma vez definidas as equipes e os procedimentos a serem realizados, o Boletim de Atendimento é registrado.

Encerrado os despachos de equipes, termina o primeiro ciclo de atendimento, cabendo ao Ciodes apenas o registro de um Boletim Unificado com as principais informações coletadas durante toda essa etapa.

No âmbito da Polícia Civil, a equipe acionada para comparecimento ao local do crime e realização do primeiro atendimento pertence ao plantão da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). O plantão da DHPP é composto por seis equipes rotativas que possuem, em média, seis investigadores e um delegado. Essa equipe é responsável pelo atendimento de local de crime em toda a Grande Vitória, o que engloba os municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

Em geral, a equipe de atendimento local levanta informações sobre o perfil da vítima, seu possível envolvimento com o tráfico de drogas ou atividades ilícitas, a existência de algum desentendimento ou inimizade que possa ter relação com o crime. Também procede ao levantamento de informações sobre parentes da vítima, à identificação de possíveis testemunhas ou de um suposto autor e verifica a existência de câmeras de monitoramento que possam conter imagens sobre o momento do crime. Essas informações, quando coletadas, devem ser anotadas pelos investigadores e formalizadas em um Relatório de Atendimento ao Local do Crime (Ralc), documento posteriormente repassado à autoridade policial responsável pela investigação do homicídio.

No que diz respeito ao atendimento realizado pela Polícia Técnico-Científica, uma vez informada do crime pelo Ciodes, a equipe de atendimento formada por um perito criminal e um perito papiloscópico deve se deslocar até o local para iniciar as atividades de perícia. Se o local do crime foi preservado de forma adequada, a equipe realiza o Exame de Local de Homicídio e formaliza os resultados em um laudo. Esse documento deve incluir informações sobre a perícia fotográfica e dados sobre o ambiente onde ocorreu o crime (características, tipo de objetos encontrados, etc.), e posteriormente é encaminhado à autoridade policial responsável pela investigação do caso.

Quando todos os procedimentos de investigação preliminar (realizados pela equipe do plantão da DHPP) e de perícia de local do crime (realizados pela Polícia Técnico-Científica) são concluídos, o corpo da vítima é removido. Nesse momento, aciona-se o serviço de remoção de cadáver e providencia-se o encaminhamento do corpo ao Departamento Médico Legal (DML), onde são realizados o exame cadavérico e a coleta de materiais a serem utilizados em perícias complementares (como o exame de DNA, exame toxicológico e a retirada de projéteis do corpo da vítima e encaminhamento ao exame de balística).

Encerrados esses procedimentos e feito o exame cadavérico, se a vítima tiver sido identificada, um familiar deve apresentar os documentos da vítima para que seja providenciada a liberação do corpo para o sepultamento.

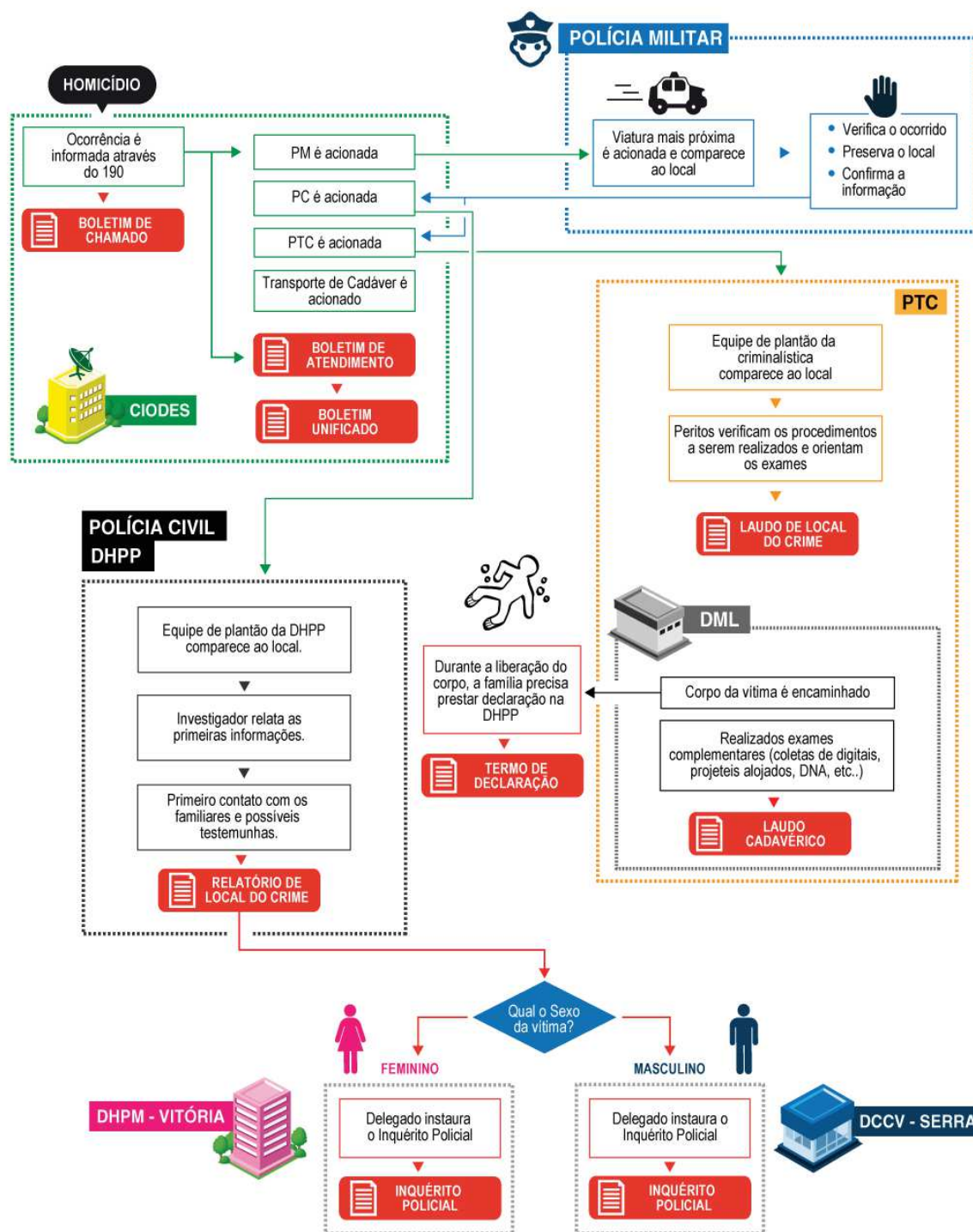
Como parte do processo de liberação do corpo, um familiar deve comparecer à DHPP e prestar declaração formal na presença do delegado do plantão, apresentando informações sobre a vítima, sua vida pregressa e possíveis fatores que podem ter motivado o crime. Essa declaração é incluída no documento de liberação do corpo e remetida ao delegado responsável pela investigação do homicídio, podendo ser incluída nos autos do Inquérito Policial.

O encerramento dessa última etapa significa também o fim do fluxo de primeiro atendimento. A partir desse momento o trabalho a ser realizado está diretamente relacionado à investigação do crime e depende, portanto, das ações estabelecidas pela autoridade policial responsável pela condução do inquérito policial.

No caso de Serra (e demais municípios da Grande Vitória), se a vítima é do sexo feminino, a investigação sobre o crime deve ser conduzida pela Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher (DHPM), situada em Vitória e responsável pela investigação de todos os crimes consumados na região. Caso a vítima seja do sexo masculino, a investigação é repassada à Delegacia de Crimes Contra a Vida de Serra (DCCV), ficando o processo de investigação alocado no município da ocorrência.

Ilustração 1 – Fluxo de atendimento a uma ocorrência de homicídio. Serra (ES), 2012.

FLUXO DE ATENDIMENTO A UMA OCORRÊNCIA DE HOMICÍDIO - MUNICÍPIO DE SERRA (ES)



LISTA DE SIGLAS

CIODES: Centro Integrado Operacional de Defesa Social / DCCV: Delegacia de Crimes Contra a Vida / PTC: Polícia Técnico Científica
 DHPM: Delegacia de Homicídio e Proteção à Mulher / DHPP: Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa
 DML: Departamento Médico Legal / PM: Polícia Militar / PC: Polícia Civil

Elaboração: Pesquisa Diagnóstico de Homicídios, Instituto Sou da Paz/Senasp, 2014.

3.2.2 Lauro de Freitas (BA)

A primeira comunicação sobre uma ocorrência de homicídio em Lauro de Freitas é feita por meio do telefone de emergência da Polícia Militar, o 190. Sempre que um cidadão presencia um crime ou ouve algum tipo de informação sobre uma ocorrência criminal ele é orientado a realizar esse chamado, momento em que sua denúncia é repassada à equipe da Superintendência de Telecomunicações (STelecom), por meio da Central Única de Telecomunicações (Centel). A Centel congrega em um mesmo espaço o atendimento telefônico emergencial da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Técnica, sendo responsável pela comunicação dos chamados às diferentes instituições.

Quando uma ocorrência criminal é informada à STelecom, uma equipe de call center providencia o registro das primeiras informações sobre o suposto crime e repassa os dados para a equipe da Polícia Militar (PM). A PM, por sua vez, faz contato com a viatura mais próxima do local do crime para que esta verifique a veracidade das informações. Se a PM constata que de fato houve um homicídio, a informação é então repassada à STelecom para que os demais despachos sejam feitos. Enquanto isso, a equipe da PM presente na cena do crime deve permanecer no local, garantindo sua preservação.

A STelecom então comunica à Polícia Civil e ao Departamento de Polícia Técnica (DPT) sobre o crime, garantindo assim a continuidade do atendimento. Cabe à Polícia Civil identificar qual equipe deve ser acionada a comparecer ao local do crime, enquanto o DPT permanece em alerta, aguardando a realização de um chamado oficial da Polícia Civil presente no local informando sobre a necessidade de remoção do corpo da vítima e realização de algum trabalho de perícia.

De modo geral, não há em Lauro de Freitas um formato padrão de atendimento ao local do crime, cabendo à delegacia responsável pela investigação do crime a definição dos procedimentos e das equipes deslocadas. Além disso, as ocorrências de homicídios são investigadas pelas Delegacias Distritais do município, que funcionam em horário comercial (de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h). Quando um homicídio ocorre aos finais de semana ou feriados ou no período noturno, o atendimento ao local do crime precisa ser feito por uma equipe de plantão, que não é vinculada à delegacia distrital.

Por esse motivo, quando a Polícia Civil é informada sobre a ocorrência de um homicídio e precisa deslocar uma equipe para atendimento ao local, duas equipes podem ser acionadas: a da Delegacia Distrital mais próxima ao local do homicídio, caso o atendimento seja em horário comercial; ou uma equipe de plantão, denominada Serviço de Investigação de Local de Crime de Homicídio (SILCH), que atende exclusivamente os locais de homicídios ocorridos na Região Metropolitana de Salvador em horário não comercial.

A equipe do SILCH está localizada na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam) no município de Camaçari e realiza o atendimento em toda a Região Metropolitana de Salvador, exceto a capital. A equipe do SILCH não tem relação com a Deam, e situa-se no mesmo prédio somente por uma questão estratégica, já que se trata de uma região mais central, o que facilita o despacho das equipes para o atendimento em diferentes municípios.

Quando o atendimento é realizado pelo SILCH, a equipe encaminhada ao local do homicídio é composta por investigadores e um delegado. Essa equipe tem a responsabilidade de coletar as principais informações sobre a ocorrência, realizar o primeiro contato com os familiares da vítima e

identificar testemunhas, e ao final do atendimento deve formalizar todo o conteúdo da investigação em um Relatório de Atendimento, documento que é entregue à delegacia distrital responsável pela investigação do caso para que o Boletim de Ocorrência seja registrado e o inquérito policial, instaurado. O Relatório do SILCH é importante não só porque constitui o único meio de informar a delegacia responsável pela investigação sobre as principais informações do crime, mas também porque o registro da ocorrência é feito com base nele.

Quando o primeiro atendimento é realizado diretamente pela delegacia distrital, a equipe de investigação e o delegado que comparecem ao local pertencem à delegacia, que depois conduz a investigação do homicídio, não sendo necessária a formalização de um Relatório de Atendimento. Nesse tipo de atendimento, o registro do Boletim de Ocorrência pode ser feito imediatamente, já que a autoridade responsável pelo caso encontra-se no local, não sendo necessário qualquer tipo de repasse de informações.

Outro ponto que precisa ser ressaltado diz respeito à importância da figura do delegado durante o atendimento, independentemente se o trabalho é realizado pela equipe do SILCH ou pela delegacia distrital. O delegado é a autoridade que preside o inquérito e, por tal motivo, é sua responsabilidade direta orientar os trabalhos dos investigadores e acionar as equipes de perícia, solicitando sua presença ao local do crime. A perícia só pode se deslocar ao local do homicídio e realizar suas atividades mediante a expedição de guias assinadas pela autoridade policial, autorizando a remoção do cadáver e a realização de procedimentos de perícia em local de morte violenta. Somente após a formalização desses pedidos a equipe da Polícia Científica pode acionar o serviço de transporte para remover o corpo da vítima, que é encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML) Nina Rodrigues.

Uma vez no IML, independentemente de a vítima já ter sido identificada por outras vias (apresentação de documentos, reconhecimento por familiares, etc.), é realizado um procedimento de coleta de impressões digitais para a confirmação da identidade do cadáver. O material coletado é então encaminhado ao Instituto Pedro Melo, onde se confirma a identidade por meio da comparação das digitais do cadáver com as do documento de identidade oficial. Só depois de concluída essa etapa os exames de necropsia são realizados e o Laudo Cadavérico, formalizado.

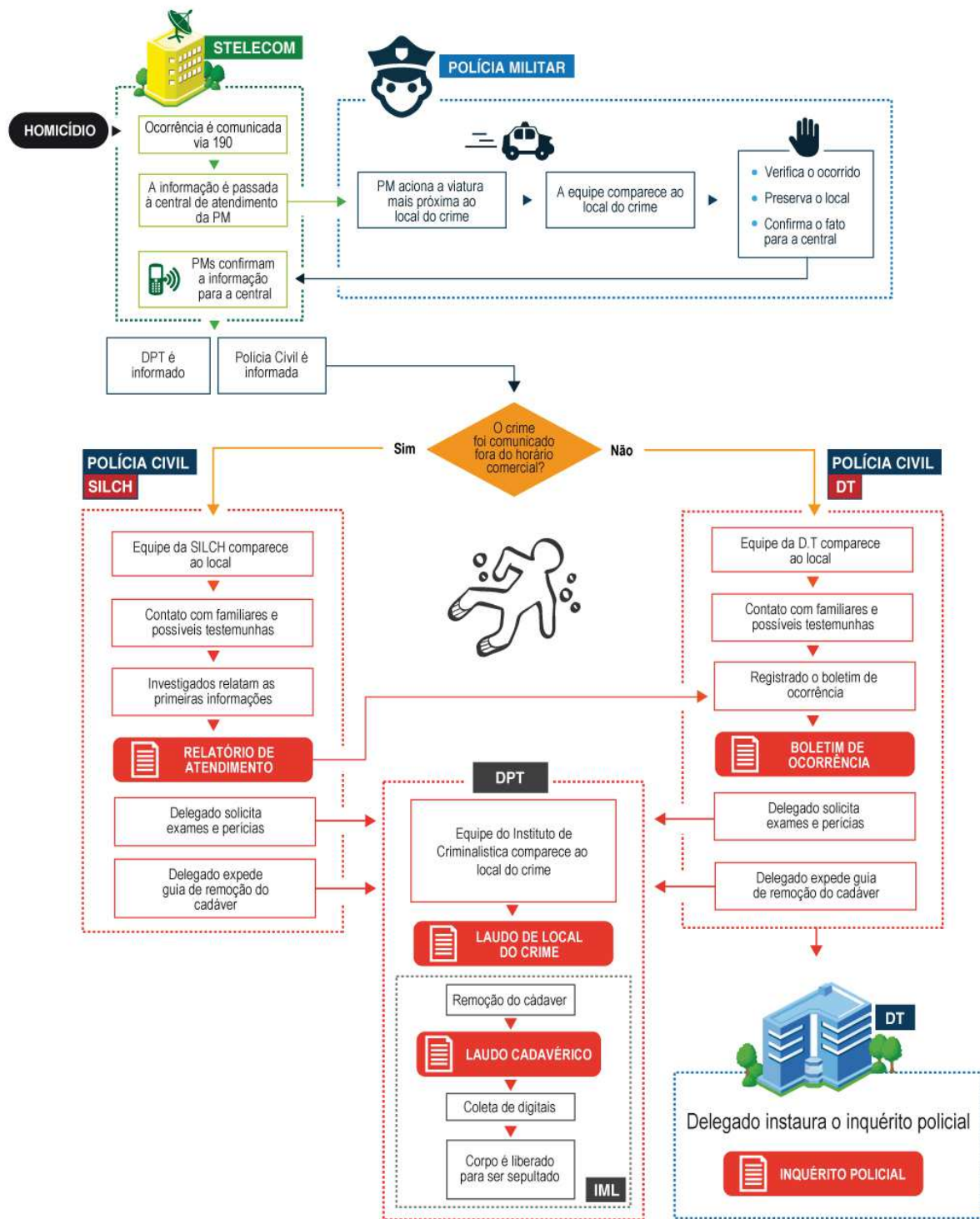
Em Lauro de Freitas, os resultados de exames complementares realizados a partir de materiais coletados no corpo da vítima são apresentados dentro do próprio Laudo Cadavérico, não constituindo um novo laudo. Assim, se por algum motivo são feitos exames toxicológicos ou de comparação entre projéteis coletados no corpo da vítima com algum armamento apreendido, mesmo que a equipe responsável por esses exames pertença a outro instituto de perícia, os resultados das análises são incluídos em um único documento a ser encaminhado à autoridade responsável pela investigação do caso.

Concluída a etapa de análise cadavérica, o corpo é então liberado por um familiar para que este providencie o registro da Certidão de Óbito e os procedimentos de sepultamento.

A conclusão das análises periciais, a liberação do corpo e a formalização do registro da ocorrência encerram os procedimentos de atendimento ao local de homicídio, cabendo aos delegados distritais a instauração do inquérito e determinação das etapas seguintes do trabalho de investigação.

Ilustração 2 – Fluxo de atendimento a uma ocorrência de homicídio. Lauro de Freitas (BA), 2012.

FLUXO DE ATENDIMENTO A UMA OCORRÊNCIA DE HOMICÍDIO - MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS (BA)



LISTA DE SIGLAS

STelecom: Superintendência de Telecomunicações / **SILCH:** Serviço de Investigação em Local de Crime de Homicídios / **IML:** Instituto Médico Legal / **DPT:** Departamento de Polícia Técnica / **PM:** Polícia Militar / **DT:** Delegacia Territorial

Elaboração: Pesquisa Diagnóstico de Homicídios, Instituto Sou da Paz/Senasp, 2014.

3.2.3 Alvorada (RS)

O primeiro atendimento de uma ocorrência de homicídio em Alvorada é, por regra, realizado pela Brigada Militar. Essa agência pode ser acionada de três formas: (a) chamado emergencial ao telefone 190, cabendo às equipes da Sala de Operações ou Sala de Rádio o despacho de uma viatura ao local indicado; (b) contato direto entre populares e o efetivo policial que realiza o patrulhamento nas proximidades do local do crime; (c) contato de populares que informam traslado da vítima para o hospital, com o apoio de familiares, vizinhos ou mesmo pelo Samu.

Uma vez no local do crime, a Brigada Militar verifica a veracidade das informações e procede ao isolamento do local, já identificando, eventualmente, potenciais testemunhas e vestígios. Depois disso, a equipe da Brigada aciona via telefone a Delegacia de Pronto-Atendimento da Polícia Civil (DPPA) para que esta inicie o atendimento à ocorrência.

A DPPA funciona 24 horas por dia, o que permite que sempre haja uma equipe apta a iniciar os procedimentos de atendimento. Ademais, cabe à DPPA o contato com a equipe de investigação volante da Delegacia Especializada de Homicídios, normalmente formada por dois investigadores em regime de plantão, e com a equipe volante da Polícia Civil, que atua em todas as modalidades de delitos nas circunscrições das cidades de Alvorada e Viamão. Essas equipes realizam o atendimento ao local e, apesar de ser recomendada a presença do Delegado Titular da Especializada de Homicídios, geralmente, o atendimento se limita à presença dos investigadores das equipes mencionadas.

Também durante o primeiro atendimento aciona-se a equipe de perícia para que inicie os trabalhos no local. Quem aciona o Instituto Geral de Perícias (IGP) é a própria DPPA. A DPPA contata o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (Ciosp), atualmente denominado Centro Integrado de Comando e Controle, que se localiza na sede da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP/RS), para que proceda ao despacho da perícia.

Já na cena do crime, a equipe de investigação volante é então responsável pelo primeiro levantamento de informações sobre a ocorrência, e ao final do atendimento formaliza um Relatório de Local do Crime, especificando os dados disponíveis para, a partir dos relatos de eventuais testemunhas, determinar as circunstâncias do crime, o perfil da vítima, as motivações para a prática do delito, entre outros aspectos importantes para iniciar o trabalho de investigação.

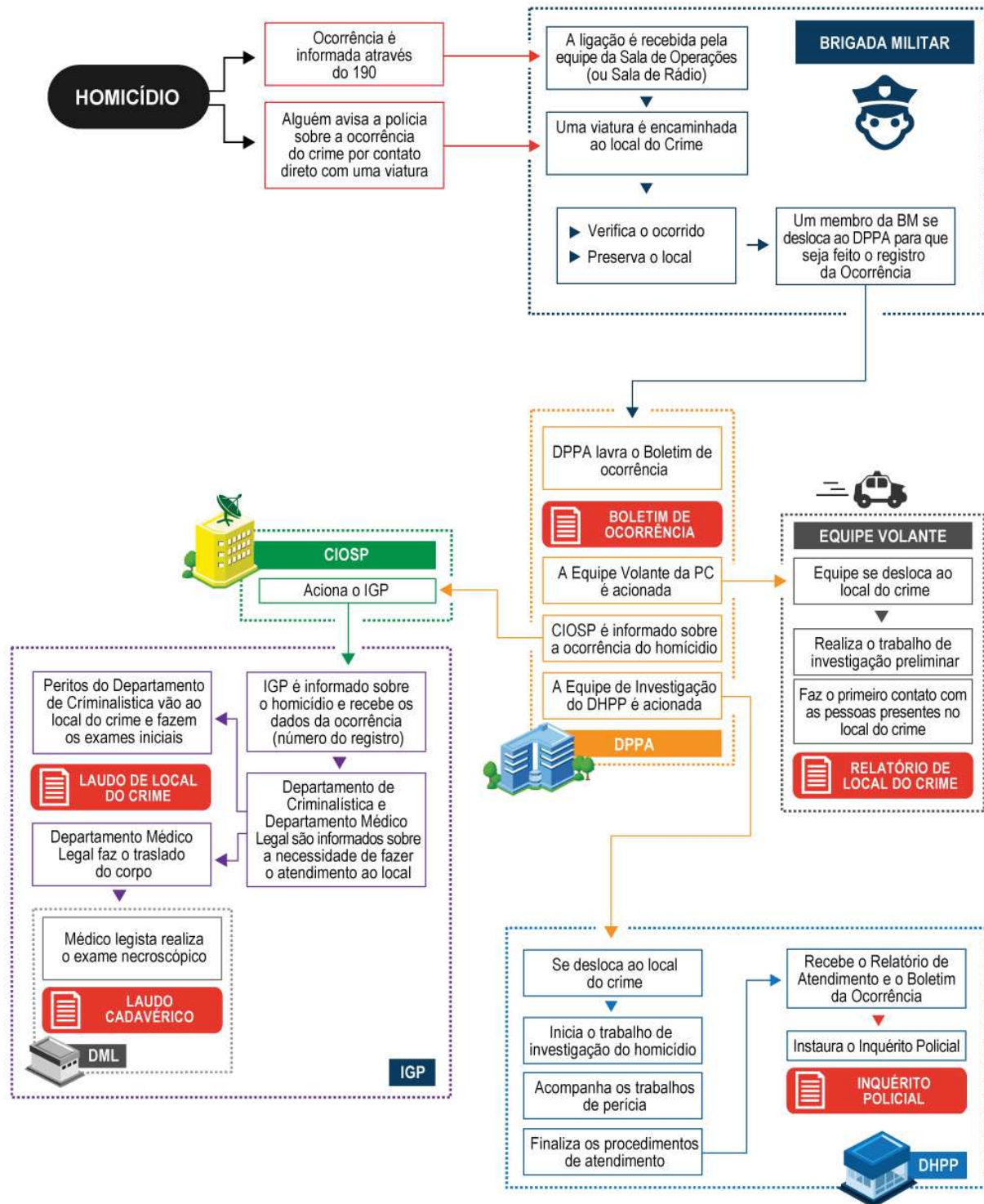
Quanto aos trabalhos da perícia, na maioria das vezes, comparecem ao local do crime peritos do Departamento de Criminalística e do Departamento Médico Legal, com equipe composta por um fotógrafo, um perito criminal, um papiloscopista e um motorista. Em geral, os peritos do Departamento de Criminalística são os responsáveis pela elaboração do laudo pericial do local do crime, dos exames papiloscópicos, residuográficos, da arma do crime, quando existente, entre outros solicitados pela autoridade policial, a depender da complexidade do homicídio em questão e dos vestígios coletados na cena do crime. Já o Departamento Médico Legal é o ator encarregado pela remoção do corpo, elaboração do exame de necropsia e produção do atestado de óbito.

Quando o trabalho pericial e de investigação em local do crime são concluídos, a guarnição da Brigada Militar responsável pelo primeiro atendimento à ocorrência se desloca à DPPA para que seja lavrado o Boletim de Ocorrência (BO). Aqui, cabe ressaltar que é responsabilidade da primeira agência de segurança a chegar ao local do crime a formalização do processamento da ocorrência na Polícia Judiciária.

O B.O. produzido pela Brigada Militar e lavrado pela Polícia Civil (DPPA) é encaminhado para a Delegacia Especializada de Homicídios, que também recebe o Relatório do Local do Crime da equipe volante da PC e/ou da DHPP. O inquérito policial é então instaurado e os trabalhos de investigação do homicídio são iniciados.

Ilustração 3 – Fluxo de atendimento a uma ocorrência de homicídio. Alvorada (RS), 2012.

FLUXO DE ATENDIMENTO A UMA OCORRÊNCIA DE HOMICÍDIO - MUNICÍPIO DE ALVORADA (RS)



- LISTA DE SIGLAS**
- DPPA: Delegacia de Pronto Atendimento / CIOSP: Centro Integrado de Operações de Segurança
 - IGP: Instituto Geral de Perícias / PC: Polícia Civil / DHPP: Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa
 - DML: Departamento Médico Legal / BM: Brigada Militar

Elaboração: Pesquisa Diagnóstico de Homicídios, Instituto Sou da Paz/Senasp, 2014.

3.3 O TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO DE HOMICÍDIOS

Uma vez finalizada a etapa inicial de atendimento a uma ocorrência de homicídio, as informações são repassadas às delegacias responsáveis pela instauração dos inquéritos policiais e a fase de investigação se inicia.

Os procedimentos de investigação têm como referência o Código de Processo Penal (CPP). No modelo de persecução criminal adotado no Brasil, a polícia é responsável pela investigação preliminar que resulta na elaboração de um relatório. Esse relatório é encaminhado ao Ministério Público, que pode requerer novas diligências, requerer o arquivamento do inquérito ou formular uma denúncia que, se recebida pelo Juiz, dá início a uma ação penal. Compreender as disposições legais que orientam a realização dos trabalhos de investigação policial é fundamental para uma adequada discussão sobre os modelos vigentes nas cidades analisadas.

O inquérito é uma etapa administrativa, em que, em tese, não estão presentes o contraditório e a ampla defesa, na abrangência prevista para a fase judicial. O CPP determina que cabe à polícia judiciária a apuração das infrações penais ocorridas no âmbito de suas respectivas circunscrições, devendo, para tal, formalizar os procedimentos de investigação em um inquérito policial a ser encaminhado à autoridade judiciária competente.

Como esta pesquisa voltou-se a observação das formas como as diferentes cidades avaliadas lidam com as disposições do Código de Processo Penal na definição dos trâmites cabíveis à etapa de investigação policial, a análise dos procedimentos de investigação de homicídios contemplados por este estudo tece considerações sobre o formato de gestão das investigações em cada uma das delegacias avaliadas e a relação entre os atores envolvidos nos trabalhos de investigação, sejam eles das equipes de perícia ou membros do Ministério Público.

3.3.1 Serra (ES)

Para a análise dos procedimentos de investigação adotados no município de Serra, foram consideradas as informações coletadas em 27 inquéritos policiais, 16 concluídos com identificação de autoria (elucidados) e 11 em que não houve a identificação da autoria do delito (sem elucidação), além de entrevistas com atores incluídos nas atividades de investigação dos homicídios nessa cidade. Ao todo foram realizadas oito entrevistas, com delegados, investigadores, peritos e integrantes do Ministério Público.

Durante a coleta de dados sobre os inquéritos policiais identificou-se que no Espírito Santo o inquérito somente é remetido à autoridade judicial para que esta tome as devidas providências quando há elucidação da autoria. A investigação dos demais casos permanece em aberto, mesmo depois de transcorridos os prazos determinados pelo CPP.⁹ Isso significa que no universo de inquéritos classificados como concluídos não há inquéritos em que não se identificou a autoria e que eventualmente poderiam ser arquivados. Por esse motivo, os casos sem elucidação que compõem a amostra considerada neste estudo compreendem investigações em trâmite nas delegacias.

Em relação à responsabilidade pela investigação dos homicídios, 22 inquéritos policiais consultados foram conduzidos na DCCV de Serra, e cinco referem-se a casos de vítimas mulheres, portanto, sob responsabilidade da DHPM.

⁹ Segundo o Código de Processo Penal, o inquérito policial deve ser concluído no prazo de dez dias quando o indiciado foi preso em flagrante ou está preso preventivamente. Nos demais casos, o prazo para conclusão do inquérito é de 30 dias, com possibilidade de extensão desse prazo quando o caso investigado é de difícil elucidação. A extensão do prazo deve ser concedida por um juiz.

Tabela 6 – Número de inquéritos policiais estudados elucidados e sem elucidação, segundo delegacia. Serra (ES), 2012.

	TOTAL	Situação	
		Elucidados	Sem elucidação
DHPM – Vítimas Mulheres	5	3	2
DCCV – Vítimas Homens	22	13	9
TOTAL	27	16	11

um procedimento formal para a realização das investigações e que suas decisões sobre a condução de tais investigações estão embasadas em experiências pessoais e formação na Academia de Polícia, identificamos que os procedimentos adotados nas duas delegacias analisadas são semelhantes, principalmente no que tange à autonomia dos investigadores e à necessidade de formalização dos procedimentos em relatórios de investigação.

Enquanto a equipe de investigação está na rua realizando os procedimentos determinados pela autoridade policial, os investigadores têm total autonomia para decidir sobre quais procedimentos adotar, desde que realizem o mínimo exigido pela autoridade policial e que reportem todas as informações em relatórios que devem ser juntados aos autos. Segundo o Delegado do DHPM, “o que não está nos autos, não está no mundo”, uma fala que demonstra a preocupação das autoridades de Serra em cumprir as orientações do CPP de reduzir a termo os procedimentos realizados.

Uma vez instaurado o inquérito, em ambas as delegacias analisadas os documentos mais solicitados já pela Portaria são justamente aqueles produzidos durante o primeiro atendimento ao local do crime: cópias dos Relatórios de Atendimento ao Local do Crime, Laudos de Exame Cadavérico (ambos solicitados em 93% dos inquéritos analisados) e Laudo de Local do Crime. Esta informação reitera o desenho do fluxo de atendimento anteriormente apresentado e indica que de fato há um padrão de atendimento e início das investigações na cidade, independentemente da delegacia responsável pela condução do inquérito.

Além disso, foi possível identificar durante a análise documental que em 9 dos 27 inquéritos a Portaria solicita a formalização de termos de declaração e sua juntada ao inquérito.

Constavam dos inquéritos analisados 159 oitivas de testemunhas, com média de seis por inquérito. A maior parte das testemunhas ouvidas conhece a vítima e somente 16% presenciaram o crime, o que também explica o fato de 45% das declarações prestadas trazerem informações sobre o perfil da vítima, seus hábitos e desafetos.

Tabela 7 – Número e proporção das pessoas ouvidas em declarações, segundo relação com o homicídio investigado. Serra (ES), 2012.

	n. Absoluto	Percentual
Presenciou o crime	25	16%
Conhecia a vítima	111	70%
Familiar da vítima	63	40%
Possuía relação com o autor	28	18%
Total de Declarações	159	100%

	n. Absoluto	Percentual
Tratam do perfil da vítima	72	45%
Apontam um possível autor	83	52%
Apontam uma motivação	67	42%
Total de Declarações	159	100%

Um dado interessante sobre um procedimento adotado em Serra para a formalização dos Termos de Declaração diz respeito à possibilidade de que esta seja feita de forma anônima. Isso quer dizer que uma pessoa pode comparecer à delegacia e prestar uma declaração formal sobre um crime sem que seus dados pessoais (identificação e qualificação) sejam anexados ao inquérito, sendo posteriormente remetidos ao Juiz em um envelope lacrado. Essa foi uma forma encontrada pelas autoridades policiais de Serra para estimular as pessoas intimadas a comparecerem à delegacia e apresentarem informações sobre os delitos, pois elas se sentiam inseguras e ameaçadas. Na amostra de inquéritos foram identificados 16 termos de declaração anônima em 10 investigações diferentes, e todas elas traziam algum tipo de informação sobre o possível autor do homicídio.

Quando a oitiva envolve um suposto autor, em geral, utilizam-se termos de declaração, não sendo formalizado um procedimento de interrogatório. Essa é uma diferença meramente formal, mas justificada pelos delegados entrevistados, que defendem que ao interrogar um suspeito isso significaria também seu indiciamento, procedimento que eles preferem deixar para o momento do relatório final do inquérito, quando há mais certeza sobre a autoria do crime.

A análise da amostra de inquéritos concluídos em Serra também apontou que o tempo de tramitação de uma investigação até a conclusão/elucidação do caso foi, em média, de 284 dias. Porém, em seis casos o prazo ultrapassou 400 dias, ou seja, mais que um ano.

Tabela 9 – Número de inquéritos concluídos, segundo tempo de tramitação até elucidação do caso. Serra (ES), 2012.

Tempo de Tramitação	n. Abs.
Até 30 dias	0
De 31 a 60 dias	2
De 61 a 90 dias	0
De 91 a 180 dias	2
De 181 a 270 dias	3
De 271 a 360 dias	2
Acima de 360 dias	6
Sem informação	1
TOTAL	16

vez a preocupação das equipes com a formalização dos resultados das atividades realizadas e a independência dos investigadores em conduzir alguns procedimentos. Entre esses 15 inquéritos, 11 referem-se a casos elucidados, o que leva à percepção de que os relatórios são produzidos quando a diligência traz alguma contribuição para o andamento da investigação e a identificação da autoria do crime.

Entre as atividades executadas pelos investigadores destacam-se: a apreensão de objetos da vítima coletados na cena do crime, a intimação de pessoas, o levantamento de informações sobre a vítima e o suspeito (incluindo a consulta aos antecedentes criminais), acareação, realização de procedimentos de reconhecimento presencial e fotográfico dos supostos autores e a qualificação de indivíduos citados nos depoimentos.

A necessidade de qualificação dos indivíduos é justificada pela existência de um número significativo de depoimentos que apresentam informações limitadas sobre os supostos autores, cabendo à equipe de investigação a qualificação desses indivíduos para que os homicídios possam ser concluídos com elucidação.

Também foram identificados com frequência considerável (em 17 inquéritos) os procedimentos de busca e apreensão de objetos nas residências de suspeitos. Esta diligência necessita de autorização judicial e, portanto, depende do relacionamento com atores externos à delegacia. Em Serra, o Ministério Público é sempre consultado nos pedidos formalizados pela autoridade policial para a realização de buscas e apreensões. Tanto a solicitação ao MP quanto a decisão judicial são documentadas e, entre os 17 inquéritos que apresentaram algum pedido de busca e apreensão, o pedido foi autorizado e executado em 16.

Cabe ressaltar que a elevada frequência do procedimento de busca e apreensão parece estar relacionada a uma orientação dos delegados, que, de acordo com o apurado nas entrevistas, sempre tentam identificar a arma utilizada no crime. Em ambas as delegacias de Serra há um discurso de que o principal motivo para a prática do homicídio estaria relacionado ao tráfico de drogas. Dessa forma, os investigadores são instruídos pela autoridade policial a fazer um trabalho contínuo de mapeamento dos grupos criminosos que atuam nas regiões de Serra, identificando as pessoas envolvidas com o tráfico e os imóveis em que essas pessoas habitam ou aos quais têm livre acesso. Esse é um procedimento padrão e, segundo um dos delegados entrevistados, caso se constate que a vítima ou o autor do crime se relacionava com um dos grupos de tráfico, a equipe de investigação realiza procedimentos de busca e apreensão numa tentativa de localizar a arma do crime para que esta seja submetida ao exame de microcomparação balística.

Ainda em relação aos procedimentos que necessitam de autorização judicial, em um dos inquéritos analisados houve requerimento de interceptação telefônica do número de um dos suspeitos. O pedido foi autorizado e consta do relatório final como um dos motivos pelo qual o homicídio foi elucidado. Também foram recorrentes os pedidos de prisão temporária e preventiva, presentes em dez inquéritos analisados (e que tiveram identificação de autoria).

Com relação aos procedimentos periciais, solicitaram-se Laudos Cadavéricos em 25 inquéritos. Esses exames são importantes para comprovar a materialidade do crime e também podem agregar informações para a elucidação do crime, como a identificação das trajetórias dos disparos (nos casos em que o instrumento utilizado foi uma arma de fogo). Em 21 inquéritos esse exame está anexado, e em geral os laudos limitam-se a apresentar informações sobre a causa da morte e o meio utilizado.

Já em relação à perícia de objetos apreendidos no local do crime, solicitaram-se: a extração de dados de celulares apreendidos para a verificação das ligações feitas e recebidas, um exame grafotécnico de um bilhete deixado com o corpo da vítima e a vistoria de um veículo apreendido.

Segundo os entrevistados, apesar da presença do perito papiloscópico no local do crime, dois fatores dificultam a coleta e análise de digitais: o fato de muitos crimes ocorrerem em vias públicas (inviabilizando este tipo de trabalho) e a preservação inadequada do local do crime.

A má preservação do local do homicídio foi repetidamente destacada como um grande empecilho à realização dos trabalhos de perícia, e muitos dos atores entrevistados indicaram ser esse o principal problema durante o primeiro atendimento às ocorrências. Talvez isso explique porque, apesar de o delegado ter solicitado um laudo do local do crime em 24 dos 27 inquéritos analisados, em apenas seis deles o laudo tenha sido anexado aos autos.

Ainda em relação aos trabalhos de perícia, os exames balísticos também são muito solicitados, mas igualmente exibem problemas de execução. Em 10 dos 27 inquéritos analisados o delegado solicitou a realização de exame balístico, geralmente a microcomparação entre os projéteis retirados do corpo da vítima com os armamentos apreendidos em procedimentos de busca e apreensão. Em nenhum dos casos o laudo foi anexado ao inquérito.

Segundo um dos entrevistados, a balística chegou a contar com uma equipe de seis pessoas para atender a todo o Estado do Espírito Santo, o que gerava uma grande sobrecarga de trabalho. Como as equipes dentro das delegacias sabiam dessas limitações, passaram a deixar a cargo do juiz a requisição dos laudos solicitados e não anexados ao inquérito. Os delegados passaram a esperar que o Ministério Público, quando do oferecimento da denúncia, solicitasse ao magistrado que o setor de balística fosse oficiado, pois dessa forma o exame seria encaminhado com maior presteza.

Por fim, cabe mencionar que se mostrou muito relevante à análise sobre a investigação de homicídios em Serra a forma como o delegado gere o trabalho de investigação. Segundo um dos investigadores entrevistados, há orientações do delegado para que os primeiros questionamentos aos familiares e às pessoas presentes no local do crime abordem o possível envolvimento da vítima com o tráfico ou com o uso de entorpecentes, sendo este inclusive um dado que precisa ser incluído no conteúdo descritivo do Relatório de Atendimento ao Local do Crime. Também se verificou que as orientações passadas à equipe responsável pelo local do crime durante o primeiro atendimento apontam a importância da identificação de testemunhas ou outras pessoas que possam trazer informações que contribuam para a elucidação do caso, já que neste momento as pessoas estariam mais dispostas a falar devido ao impacto da ocorrência do homicídio.

Ciente dessas primeiras informações, o delegado então delimita os próximos passos da investigação e, pelo que foi apurado, há diferenças significativas na condução das investigações entre as delegacias de Serra e Vitória. A análise dos inquéritos revela que investigações da DCCV de Serra costumam ter ordens de serviço mais detalhadas, indicando exatamente qual a atividade que o investigador deverá realizar, estipulando os prazos para sua execução e a equipe responsável. Já na DHPM as ordens costumam ser mais genéricas e, em alguns casos, apenas determinam aos investigadores que “apurem os casos”, sem especificar quais atividades devem ser realizadas.

Dentro da própria DCCV identificaram-se diferenças quanto aos inquéritos instaurados no primeiro semestre de 2012 e aqueles instaurados no segundo semestre do mesmo ano. Nos inquéritos do primeiro semestre havia grande lapso temporal entre os despachos e a apresentação de relatórios, algumas investigações ficaram paradas por muito tempo e, em algumas delas, nada de relevante foi identificado. Segundo informações levantadas, mudou o comando dessa delegacia em 2012, e o então delegado titular foi substituído. É provável que essa mudança tenha impactado de forma significativa as investigações, que passaram a ser mais estruturadas e com maior preocupação do delegado em acompanhar os trabalhos realizados, cobrando o envio dos documentos faltantes, o que revela o impacto do fator pessoal sobre a condução dos trabalhos de investigação.

De forma geral, apesar das dificuldades encontradas e das diferenças entre procedimentos adotados nas delegacias, as entrevistas com os atores responsáveis pela investigação de homicídios evidenciam que todos eles, independentemente de sua função ou instituição de origem, têm clareza sobre suas funções e do fluxo de trabalho de investigação, o que facilita a execução de suas atividades.

O alinhamento dos discursos dos diversos atores entrevistados mostra que, apesar das individualidades, parece haver boa comunicação entre as partes envolvidas com a investigação e uma orientação externa mais geral que contribui para a manutenção de um padrão de trabalho. A eficácia da comunicação fica ainda mais evidente quando se verifica, por exemplo, que os profissionais da delegacia têm ciência das dificuldades enfrentadas pelos peritos durante os seus trabalhos, fato que estimula a busca por soluções alternativas.

Em muitos momentos também os delegados informaram sobre as dificuldades em desenvolver os trabalhos de investigação, dadas suas limitações de equipe, mas ao que parece isso não impede que se mantenha um formato dos trabalhos nem que determinados procedimentos mínimos sejam executados no primeiro atendimento à ocorrência.

Além disso, parece haver constante preocupação com a formalização das informações para que elas sejam apresentadas a atores externos ao ambiente da delegacia, fato que provavelmente tem relação com uma política institucionalizada de prestação de contas no âmbito do Programa Estado Presente.

Pelo exposto, conclui-se que o trabalho de investigação realizado em Serra é influenciado por fatores institucionais, já que há delimitação clara de procedimentos e responsabilidades dos atores, mas também depende dos profissionais envolvidos na investigação, que constantemente precisam tomar decisões de forma autônoma e desenvolver mecanismos para lidar com as limitações de seu ambiente.

3.3.2 Lauro de Freitas (BA)

Os procedimentos de investigação no município de Lauro de Freitas foram analisados a partir das informações coletadas em 14 inquéritos policiais, 9 deles concluídos com identificação de autoria (elucidados); nos demais não se identificou a autoria do crime (sem elucidação). Também foram considerados dados obtidos por meio de entrevistas com delegados, investigadores, peritos e membros do Ministério Público.

Nesse município, diferentemente do observado em Serra, casos sem elucidação são encaminhados ao Judiciário e arquivados por falta de provas. A amostra de inquéritos sem elucidação de Lauro de Freitas contemplou, assim, dois tipos de inquéritos: os que tiveram a investigação encerrada sem que houvesse identificação de autoria e os que permaneceram em aberto, tramitando nas delegacias.

Em relação à distribuição dos casos, há três delegacias territoriais responsáveis pela investigação dos crimes ocorridos em suas circunscrições: a 23ª DT (Lauro de Freitas), 27ª DT (Itinga) e 34ª DT (Portão). Como a maior parte dos crimes é registrada dentro da circunscrição da 27ª delegacia, a amostra de inquéritos respeitou esta distribuição: sete inquéritos da 27ª (quatro elucidados e três sem elucidação), quatro na 23ª delegacia (três elucidados e um sem elucidação) e três na 34ª (dois elucidados e um sem elucidação).

**Tabela 10 – Número de inquéritos policiais da amostra elucidados e sem elucidação, segundo delegacia.
Lauro de Freitas (BA), 2012.**

	TOTAL	Situação	
		Elucidados	Sem elucidação
23ª Delegacia	4	3	1
27ª Delegacia	7	4	3
34ª Delegacia	3	2	1
TOTAL	14	9	5

de investigação e das responsabilidades de cada indivíduo, já que nem o setor de perícia pode realizar qualquer tipo de atividade sem que isso seja formalmente solicitado.

Outro ponto a ser considerado é o fato de haver apenas uma equipe de investigação na delegacia territorial, a qual deve esperar o delegado determinar as diligências e não pode desempenhar qualquer atividade sem prévia determinação da autoridade que preside a investigação.

O delegado é quem determina os rumos da investigação, delimita as linhas investigativas e aciona os demais profissionais para que estes cumpram as ordens de serviço expedidas. É também sua a responsabilidade de avaliar se o trabalho de investigação chegou ao fim, para então elaborar um relatório final a ser encaminhado ao Judiciário e ao Ministério Público, detalhando os procedimentos realizados e as principais conclusões da investigação.

Em Lauro de Freitas, o tempo de tramitação para que um caso seja concluído com identificação de autoria é, em média, de 190 dias, com variação entre 56 e 404 dias. Aparentemente não há diferenças entre as delegacias analisadas e, apesar de os dois casos pertencentes à 34ª Delegacia apresentarem tempos de tramitação superiores à média apurada para o município, como a amostra é pequena, não é possível afirmar que isso constitua uma diferença significativa.

Tabela 11 – Número de inquéritos concluídos, segundo tempo de tramitação até elucidação do caso. Lauro de Freitas (BA), 2012.

Tempo de Tramitação	n. Abs.
Até 30 dias	0
entre 30 e 60 dias	1
entre 60 e 90 dias	2
entre 90 e 180 dias	2
entre 180 e 270 dias	1
entre 270 e 360 dias	2
Acima de 360 dias	1
TOTAL	9

Somente quando a delegacia territorial é informada sobre a ocorrência e inicia os trabalhos de investigação são realizadas as primeiras oitivas de testemunhas e de familiares da vítima. Nos 14 inquéritos analisados, apenas cinco casos solicitaram a formalização de termos de declaração já na portaria, e em média o tempo para a realização da primeira declaração é de até dois dias depois de instaurado o inquérito.

A análise documental permitiu identificar 43 oitivas de testemunhas, média de três por inquérito policial. Em geral, a maior parte das pessoas ouvidas conhecia a vítima, especialmente familiares (53% das declarações).

Tabela 12 – Número e proporção das pessoas ouvidas em declarações, segundo relação com o homicídio investigado. Lauro de Freitas (BA), 2012.

	n. Absoluto	Percentual
Presenciou o crime	4	9%
Conhecia a vítima	37	86%
Familiar da vítima	23	53%
Possuía relação com o autor	17	40%
Total de Declarações	43	100%

	n. Absoluto	Percentual
Tratam do perfil da vítima	29	67%
Apontam um possível autor	17	40%
Apontam uma motivação	15	35%
Total de Declarações	43	100%

relação com o Judiciário é, assim, mais limitada. Foram identificados pedidos de prisão preventiva em apenas sete inquéritos e, de prisão temporária, em três inquéritos. Essas solicitações nem sempre são respondidas – apenas três tiveram um pedido de prisão preventiva deferido. Em alguns casos, a comunicação entre delegacia e Judiciário foi feita de forma direta, sem qualquer manifestação por parte do Ministério Público.

Sobre o trabalho dos investigadores, cabe a eles o cumprimento das ordens de serviço e a formalização dos relatórios de investigação. Em 11 dos 14 inquéritos analisados foram emitidas novas ordens de serviço ou de diligências no decorrer das investigações. Apesar dessas solicitações e do fato de todos os entrevistados terem apontado a necessidade de formalização das informações em relatórios a serem entregues à autoridade policial, tais relatórios de cumprimento das ordens de investigação não foram anexados aos inquéritos analisados, o que pode indicar que o documento foi produzido internamente, mas não foi incluído nos autos da investigação.

Além das ordens de serviço, constam dos inquéritos consultas aos antecedentes dos indivíduos: sete casos nos quais a consulta dizia respeito aos dados do suspeito, quatro nos quais os dados eram sobre a vítima e dois que tratavam sobre terceiros possivelmente relacionados ao crime. Ao que parece, as demandas à equipe de investigação se resumem ao levantamento de informações sobre as pessoas citadas nas investigações e ao cumprimento das ordens expedidas pelos delegados, não sendo possível identificar outros tipos de atividades na amostra de inquéritos analisada.

Quanto ao trabalho de perícia, três tipos de exames foram solicitados: exames cadavéricos, de local do crime e balísticos.

Os exames médico-legais e cadavéricos foram solicitados em todos os casos analisados neste trabalho, mas em apenas dez deles o laudo foi encaminhado e anexado ao inquérito policial. Segundo os entrevistados, há problema de repasse das informações entre o DPT e as delegacias, e os laudos demoram para ficar prontos. Isso acontece porque, uma vez solicitado o laudo cadavérico, a equipe da perícia realiza outras análises (toxicológicas, sobre os projéteis retirados do corpo da vítima, etc.) e estes exames complementares devem ter seus resultados inseridos num único documento. Assim, os resultados levam mais tempo para serem remetidos. Segundo os delegados entrevistados, os inquéritos são encaminhados à Justiça sem os resultados dos laudos anexados, fato que pode motivar a devolução do inquérito pelo Ministério Público, dada a falta de prova sobre a materialidade do crime. Nos casos em que o exame cadavérico foi realizado e anexado ao inquérito, informações sobre o trajeto dos disparos, tipo de munição recolhida no corpo da vítima e a identificação do uso de álcool e drogas são recorrentes, o que reitera a fala dos entrevistados sobre a complexidade dos exames realizados, já que o laudo cadavérico contempla várias possibilidades de análises.

Já os exames de local do crime foram solicitados em nove inquéritos, mas os resultados foram encaminhados em apenas seis casos. Nestes, constatam-se perícia fotográfica, informações sobre o local do homicídio e, em casos pontuais, análise papiloscópica. É curioso observar que os entrevistados relatam que o atendimento ao local do crime e as informações coletadas nesse primeiro atendimento são fundamentais para a condução das investigações, mas em nenhum dos documentos analisados foi possível identificar informações sobre a preservação do local do crime ou seu impacto sobre os trabalhos de perícia. Como já discutido, a profusão de equipes que realizam o atendimento ao local gera certa confusão na delimitação das responsabilidades de cada ator durante o atendimento à ocorrência, o que dificulta o trabalho a ser realizado e também o levantamento de informações sobre o que é feito.

Em relação aos quatro inquéritos que apresentavam pedidos para a realização de laudos balísticos, houve a necessidade de realização de microcomparação entre os projéteis retirados do corpo de uma vítima com um armamento apreendido. Segundo um dos delegados entrevistados, as solicitações de exames balísticos não são frequentes porque às vezes não há arma para ser analisada.

Mesmo quando há, os resultados nem sempre são remetidos ao delegado e juntados aos autos, revelando mais uma vez a existência de problemas com os trabalhos de perícia durante o inquérito.

A gestão da investigação nas três delegacias territoriais de Lauro de Freitas acontece de forma semelhante, de modo que os tipos de procedimentos solicitados e as dificuldades relatadas são parecidos.

O ponto mais frágil parece ser a definição das atribuições de cada ator, pois há centralização das responsabilidades na figura do delegado. Em todas as entrevistas verificou-se um discurso consolidado sobre a importância do trabalho do delegado como responsável pela investigação, assim, desde o primeiro atendimento todas as atividades a serem desempenhadas passam pela necessidade de determinação por parte da autoridade policial, que deve expedir guias para perícia e ordens de serviço para que os demais atores comecem a trabalhar.

No caso dos investigadores, parece haver clara orientação para que respeitem as determinações do delegado e reportem as atividades realizadas. Mesmo que a análise documental não tenha revelado o reporte formal das atividades desempenhadas pela equipe de investigação, os tipos de procedimentos realizados e as entrevistas com os investigadores deixam claro que é o delegado quem determina os rumos da investigação. Quando não há um delegado no local do crime, cabe então ao chefe da equipe de investigação identificar as pessoas que serão intimadas a prestar declarações na delegacia. Mesmo assim, os investigadores não têm liberdade para determinar outros procedimentos, sendo preciso que o próprio delegado acione a perícia de forma remota (em um telefonema à Centel).

A concentração de responsabilidades em um único ator aliada ao fato de as delegacias territoriais precisarem lidar com um grande número de ocorrências de diversas naturezas faz com que muitos dos entrevistados apontem certa sobrecarga de trabalho. Segundo um dos delegados entrevistados, isso leva à priorização de algumas atividades em detrimento de outras, já que em alguns momentos é preciso interromper a investigação de um homicídio que já aconteceu para dar maior atenção a uma prisão em flagrante que precisa ser lavrada ou a um caso de violência doméstica que deve ser atendido.

Outro aspecto frequentemente relatado como uma fonte de dificuldade diz respeito ao atendimento ao local do crime, que é apontado como determinante para o levantamento de informações e para a definição dos rumos de investigação, mas que nem sempre é realizado de forma adequada. Aqui, três aspectos precisam ser mencionados: a participação do SILCH, a perícia e, mais uma vez, a importância dos delegados durante esse atendimento.

Quanto ao primeiro item, já foi apontado que há certa demora no repasse de informações entre o SILCH e a delegacia territorial, o que afeta a capacidade de investigação do caso, pois muitas vezes a equipe que deve realizar a apuração do crime sequer foi informada sobre a ocorrência. Nas entrevistas também se verificou que as informações nem sempre chegam organizadas de forma que a equipe de investigação possa compreender o que ocorreu ou o que foi feito, dificultando o trabalho de investigação do homicídio.

O relacionamento com as perícias também apresenta desafios. Na amostra foram identificados problemas no envio dos documentos solicitados. Ademais, a relação entre perícia e delegacia é estritamente formal e burocrática, resumindo-se à expedição de guias e envio de laudos. Mesmo quando há o encontro com os peritos no local do crime, o contato entre equipes é muito limitado e não há troca de informações.

Já em relação à importância dos delegados também no primeiro atendimento à ocorrência, as entrevistas evidenciaram que as atividades do delegado estão muito voltadas ao cumprimento

dos aspectos burocráticos, restritas à expedição de ordens e despachos necessários aos trabalhos de investigação. As atividades não são desenvolvidas de forma integrada, aproximando os diferentes profissionais para que possam trocar informações e realizar um trabalho colaborativo, o que contribuiria para a apuração dos casos de homicídio.

Por fim, destaca-se que os trabalhos de investigação centram-se nas capacidades individuais dos profissionais envolvidos, seja pela sua formação pessoal, seja pelo seu círculo de relacionamentos. Dessa forma, no lugar de procedimentos e rotinas claros e padronizados, há uma constante adaptação do trabalho à realidade de cada delegacia e ao perfil do profissional envolvido, com uma preocupação em concentrar as ações nas mãos dos delegados para que seja mantido um mínimo padrão entre as investigações.

Esse ponto se mostra muito importante, em especial ao lado dos problemas na definição de procedimentos e na delimitação das responsabilidades dos atores. Torna-se preciso rediscutir o formato adotado para o atendimento aos homicídios e a troca de informações entre as equipes envolvidas na sua apuração, sejam elas compostas por profissionais de uma mesma delegacia, de delegacias diferentes, de peritos criminais ou de membros do Judiciário. Este é o fator crucial para a melhoria do trabalho de investigação em Lauro de Freitas.

3.3.3 Alvorada (RS)

Para a análise dos trabalhos de investigação em Alvorada foram consultados 34 inquéritos policiais, 20 casos elucidados e 14 sem elucidação. Também foram consideradas as informações obtidas por meio de seis entrevistas com delegados, investigadores, peritos e membros do Ministério Público.

Nessa cidade, diferentemente do que foi observado em Serra e Lauro de Freitas, todos os inquéritos instaurados para os homicídios ocorridos em 2012 foram concluídos e encaminhados ao Judiciário, porém, a conclusão contemplou três possibilidades de desfecho: autoria conhecida, autoria desconhecida e autoria parcialmente conhecida.

Os casos classificados como de autoria conhecida contemplam os inquéritos nos quais houve indiciamento do autor pela polícia. Nos inquéritos nos quais autoria é parcialmente conhecida, a investigação conseguiu coletar informações sobre a alcunha do autor do homicídio e eventualmente sobre as motivações para o crime, mas não houve indiciamento pela polícia. Essa é uma situação peculiar só identificada em Alvorada, já que nas demais cidades analisadas esses casos seriam classificados como não elucidados. Por esse motivo, não foram considerados nas amostras inquéritos com a autoria parcialmente conhecida.

Tabela 14 - Número de inquéritos policiais da amostra elucidados e sem elucidação. Alvorada (RS), 2012.

	TOTAL	Situação	
		Elucidados	Sem elucidação
TOTAL	34	20	14

os casos estarem sob a responsabilidade de uma única delegacia, durante o primeiro semestre de 2012 a equipe responsável pela investigação lidava com todos os tipos de crimes que chegavam à delegacia distrital, mas a partir do segundo semestre a equipe passou a se dedicar exclusivamente aos homicídios e aos crimes violentos contra a vida que resultaram em morte.

Dessa forma, durante o primeiro semestre de 2012 havia na Delegacia de Alvorada uma equipe composta por um delegado, um escrivão e cinco investigadores, responsável pelo atendimento e investigação de todo tipo de delito registrado dentro de sua área de atuação. Com a mudança de formatação para delegacia especializada, a equipe da DHPP passou a ser composta por quatro equipes de investigação, cada uma composta por dois investigadores, um escrivão, um chefe de investigação, um delegado e uma equipe 'cartorária' (com mais quatro policiais).

O processo de transição procurou aproveitar o efetivo que já atuava na delegacia: os cinco investigadores alocados na delegacia distrital e que tinham conhecimento sobre as dinâmicas criminais de Alvorada foram mantidos e se tornaram líderes das quatro equipes de investigação criadas; um deles foi alocado como chefe de investigação. O efetivo da DHPP foi completado com a admissão de profissionais por meio de concurso público, o que significa que em 2012 estes ainda estavam em fase probatória (de formação), inclusive o delegado. Esta foi uma forma de garantir que se mantivesse a experiência anterior da equipe sobre o local atendido, e se incluíssem novos profissionais motivados e dispostos a serem formados durante este processo de reestruturação.

Os inquéritos analisados, independentemente do semestre em que foram instaurados, apresentam como principal procedimento para início das atividades de investigação a expedição de uma portaria, não havendo ordens de serviço complementares que balizem os procedimentos e rotinas da investigação. Os delegados responsáveis pelas investigações definem, por meio da portaria e de modo genérico, os trabalhos a serem realizados, utilizando os seguintes termos: Registre-se e autue este procedimento; Junte-se aos autos toda documentação pertinente ao fato; Proceda a todas as demais diligências referentes ao fato investigado, na forma do art. 6º do CPP e, por fim, voltem os autos conclusos para ulteriores deliberações.

A existência de ordens de serviço não é comum em Alvorada, e o inspetor chefe de investigação da DHPP informou que apenas em casos específicos, que necessitem de maior direcionamento já no início das investigações, há uma ordem de serviço complementar à portaria elencando diligências específicas. Mesmo para esses casos algumas ordens são passadas diretamente pelo delegado à equipe de investigação, de maneira informal e muitas vezes oral. A análise documental dos inquéritos selecionados não permitiu captar essas ordens de serviço iniciais, complementares à portaria.

A análise documental revelou que somente nove inquéritos continham uma ordem de serviço expedida durante o curso das investigações. Em geral, essas ordens solicitavam diligências para identificação e intimação de pessoas (4 casos), deslocamento de equipe até os endereços apontados como prováveis esconderijos de arma e munição (1), localização de câmeras de vigilância nas proximidades do local de ocorrência do delito (1), identificação e intimação de testemunha suspeita de autoria de delito (1), intimação de testemunha para prestar esclarecimentos (1) e verificação dos endereços indicados em um depoimento (1). Reforça-se, assim, a percepção sobre a aplicação residual das ordens de serviço formais como forma de acionar as equipes de investigação responsáveis pela apuração dos homicídios. Segundo o delegado entrevistado, em Alvorada não há preocupação em formalizar todas as ações que precisam ser realizadas durante o inquérito policial, havendo uma relação próxima entre investigadores e delegado, o que facilita a condução dos trabalhos, além de uma "especialização" de cada profissional, que tem maior conhecimento sobre as ações a serem desenvolvidas. Isso significa que os profissionais da DHPP são induzidos a atribuições específicas de investigação e as equipes tornam-se responsáveis pelo acompanhamento à ocorrência desde o primeiro atendimento, o que permite que tenham mais autonomia para tomar decisões.

Dessa forma, observa-se grande autonomia por parte dos investigadores, que atuam já no local do crime e nesse momento adotam critérios próprios para a definição do trabalho que será realizado, sem necessariamente formalizar um relatório sobre essa etapa para que os dados sejam repassados ao delegado de forma estruturada. Quando o inquérito é instaurado, o delegado deixa a cargo dos chefes de investigação a definição dos procedimentos a serem adotados, devendo alocar sua equipe (já predeterminada pelo atendimento da ocorrência) e orientá-la para que proceda à apuração do homicídio da maneira que julgar conveniente, desde que respeitadas as determinações do CPP.

Contudo, a autonomia dos investigadores para realizar os procedimentos de apuração do homicídio e definição das linhas investigativas não significa necessariamente que o delegado não acompanhe os casos. A decisão sobre concluir um inquérito e remetê-lo para apreciação do Ministério Público recai sobre ele.

Em Alvorada, na amostra analisada a média de tempo de uma investigação foi de 186 dias. Nos inquéritos com identificação da autoria do homicídio o tempo médio de tramitação equivaleu a 119 dias, variando entre 8 e 422 dias. Já entre os casos concluídos sem elucidação (que nesta cidade também são concluídos e remetidos à Justiça), o tempo médio de tramitação foi de 281 dias, variando entre 91 e 588 dias.

Tabela 15 – Número de inquéritos concluídos, segundo tempo de tramitação até elucidação do caso. Alvorada (RS), 2012.

Tempo de Tramitação	n. Absoluto
Até 30 dias	6
entre 31 e 60 dias	3
entre 61 e 90 dias	4
entre 91 e 180 dias	2
entre 181 e 270 dias	2
entre 271 e 360 dias	1
Acima de 360 dias	2
TOTAL	20

oitivas de testemunhas quando estas têm menos de 18 anos, sendo necessário seu acompanhamento por um familiar ou responsável. A certidão, por sua vez, é um documento interno da delegacia e em Alvorada diz respeito a um relatório redigido pelo investigador que presta contas à autoridade policial sobre o recebimento de uma denúncia anônima indireta.

As denúncias e declarações anônimas foram registradas de duas formas distintas nos inquéritos analisados: em termos de informação e em certidões. Segundo o delegado entrevistado, não há padronização para os registros porque as informações podem chegar de duas formas distintas: durante a realização de uma diligência, quando o investigador pode receber alguma informação, mas o informante opta por não formalizar a declaração na delegacia; ou então quando uma pessoa presta declarações na delegacia, mas pede para que não seja formalizado um termo.

Devido à profusão de documentos e à dificuldade de distinguir a aplicação de um e outro, todas as declarações inseridas nos inquéritos policiais analisados foram sistematizadas e analisadas, independentemente de sua espécie. Ao todo, foram identificadas 313 oitivas em 34 inquéritos, média de nove declarações por inquérito policial.

Dos declarantes mencionados nos inquéritos policiais analisados, somente 12% (39 pessoas) presenciaram os crimes. A maioria das pessoas ouvidas conhecia as vítimas (67%) e em 21% dos casos os declarantes eram parentes das vítimas dos homicídios investigados. As declarações anônimas foram pouco frequentes, apenas 18 das 313 oitivas analisadas. Apesar disso, 14 declarações anônimas foram incluídas nos casos elucidados, o que mostra maior frequência deste tipo de prova nos casos concluídos com autoria.

Tabela 16 – Número e proporção das pessoas ouvidas em declarações, segundo relação com o homicídio investigado. Alvorada (RS), 2012.

	n. Absoluto	Percentual
Presenciou o crime	39	12%
Conhecia a vítima	211	67%
Familiar da vítima	67	21%
Possuía relação com o autor	79	25%
Total de Declarações	313	100%

	n. Absoluto	Percentual
Tratam do perfil da vítima	159	51%
Apontam as circunstâncias do crime	144	46%
Apontam um possível autor	134	43%
Apontam uma motivação	59	19%
Total de Declarações	313	100%

Quanto aos suspeitos, somente oito foram interrogados, em geral, por meio da formalização de declarações. Segundo o delegado entrevistado, este é um procedimento adotado porque muitas vezes a informação sobre a possível autoria do crime é muito superficial, devendo haver um cuidado no tratamento desse dado. Por esse motivo, o indiciamento do autor é reservado ao relatório final da investigação, sem que haja a formalização de um interrogatório.

Entre os demais procedimentos realizados durante a investigação de um homicídio, existem ações que demandam autorização judicial (como mandados de busca e apreensão, prisão preventiva e interceptação telefônica, radiofônica e de redes sociais – leia-se Facebook). Há, ainda, trabalhos periciais e realizados pelas equipes da Polícia Civil: identificação por auto de fotografia, levantamento de informações sobre vida pregressa e requisição de prontuários médicos – nos casos de atendimento prévio da vítima pelo Samu.

No caso das atividades desempenhadas pelos investigadores, a coleta de informações sobre a vida pregressa do investigado é justificada pelos profissionais por ser uma exigência do CPP. Três procedimentos para a coleta dessas informações foram utilizados: verificação de informações no sistema da polícia, levantamento de informações com terceiros ouvidos no curso das investigações e durante os interrogatórios.

Como já mencionado anteriormente, o cumprimento de ordens de serviço para cumprimento das diligências solicitadas às equipes de investigação nem sempre acarreta a inclusão de relatórios nos inquéritos policiais, fator que dificulta a análise sobre a frequência deste tipo de atividade. Já em relação aos procedimentos de intimação de testemunhas, foi possível verificar que em alguns casos eles não são formalizados. O delegado justifica que essa é uma estratégia de proteção das testemunhas, já que em alguns casos o procedimento de intimação de um indivíduo pode deixá-lo exposto, facilitando a identificação sobre quais pessoas compareceram na delegacia para prestar declarações.

Em relação aos procedimentos que necessitam de autorização judicial, também houve dificuldade para identificar todos os procedimentos solicitados ao longo das investigações em Alvorada, primeiro porque muitas das solicitações foram feitas diretamente aos juízes, sem consulta prévia ao Ministério Público, segundo porque nem sempre as consultas foram anexadas aos inquéritos, privilegiando os casos em que houve deferimento do pedido.

Ao todo, identificaram-se 43 solicitações ao Poder Judiciário, 20 com pedidos de busca e apreensão, 12 de prisão preventiva, 6 de quebra de sigilo telefônico ou de dados, 4 de interceptação telefônica e apenas 1 trata sobre uma solicitação de prisão temporária. Entre essas solicitações, 79,1% foram deferidas pelo Poder Judiciário, porém, entre as solicitações atendidas, somente uma produziu materialidade e contribuiu para o indiciamento do autor – um caso de interceptação telefônica.

Nos casos de procedimentos solicitados às perícias, a análise documental revela que não é o delegado da DHPP quem formaliza os pedidos de exames periciais básicos, e essa ação quase sempre cabe à DPPA, que faz o registro do Boletim de Ocorrência e aciona as equipes que devem comparecer ao local do crime. Por esse motivo, muitos inquéritos, apesar de conterem laudos de análise cadavérica e de necropsia, não têm solicitações formais anexadas aos autos da investigação, dificultando a análise sobre o tempo transcorrido para envio desse tipo de laudo à delegacia.

O mesmo ocorre em relação aos laudos papiloscópicos em local de morte, que são solicitados pelo Ciosp ao IGP. O envio desse procedimento somente é requisitado próximo ao término das investigações, em algumas vezes, quando o delegado é cobrado pelo Ministério Público sobre o envio dos referidos laudos e exames.

Em relação aos demais exames solicitados, foi possível identificar 83 procedimentos em 34 inquéritos, média de 2,4 exames periciais por investigação. O exame mais recorrente foi a pesquisa e dosagem de álcool etílico em sangue (21 inquéritos), seguido pela pesquisa de psicotrópico em urina (16 inquéritos) e laudo pericial em local de morte (11 inquéritos).

O tempo médio entre a solicitação de uma perícia e o envio do laudo ou resultado foi de 47 dias. Em quatro casos o envio dos laudos superou o prazo de 100 dias, sendo que um deles levou 628 dias (quase dois anos) para ser remetido à Polícia Civil.

De acordo com os entrevistados, a demora no envio dos laudos periciais e dos prontuários médicos das vítimas complica o andamento das investigações, sendo utilizado o expediente alternativo da inclusão da certidão de óbito nos inquéritos, para que haja algum documento comprovando a materialidade do crime.

Ademais, a produção e remessa dos laudos periciais à Polícia Civil constitui um obstáculo adicional para o trabalho de investigação, sendo preciso que atores envolvidos na elucidação dos homicídios utilizem outros tipos de provas para consubstanciar a identificação da autoria do crime. Este é o caso da utilização do reconhecimento fotográfico do suposto autor. O reconhecimento fotográfico é um procedimento que aparece em 12 dos 20 inquéritos elucidados analisados e geralmente é apontado como um dos fatores para a elucidação dos crimes, complementando as informações apresentadas pelas declarações das testemunhas.

Dessa forma, em Alvorada há nítida dificuldade no que tange à realização dos trabalhos de perícia, o que talvez justifique a predominância das provas testemunhais nos inquéritos. Além disso, há maior autonomia por parte dos investigadores na realização de seus trabalhos, que acompanham um mesmo caso desde o atendimento ao local do crime.

Como há um acompanhamento mais próximo e informal por parte do delegado e a alocação de um mesmo grupo de profissionais para atendimento aos casos de homicídio desde o início das investigações, os relatórios de investigação nem sempre são formalizados nos autos dos inquéritos. Apesar dessa formatação de atividades, não parece que este seja um problema para a condução dos trabalhos de investigação. O fato de haver controle externo à delegacia, realizado pela Diplanco, parece contribuir para a condução dos trabalhos de investigação, estimulando a produtividade policial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil das ocorrências de homicídios nas três cidades analisadas é semelhante, especialmente no que tange ao tipo de local em que os delitos são registrados, os dias da semana com mais incidência e o perfil de autores e de vítimas, com predominância de homens jovens. Também há maior número de casos cometidos com armas de fogo e de casos com pouca informação sobre a motivação do delito nos documentos que relatam as primeiras informações sobre a ocorrência.

As diferenças começam a aparecer quando são considerados os dados amostrais sobre os inquéritos conduzidos em cada cidade. Uma informação que logo chama a atenção diz respeito às motivações apuradas ao final da investigação, já que em Serra e em Alvorada é mais frequente a relação do tráfico de drogas com o crime, enquanto em Lauro de Freitas os motivos são banais, mais relacionados a discussões entre conhecidos e casos de vingança.

**Tabela 18 – Distribuição dos inquéritos analisados, segundo motivação dos homicídios.
Serra (ES), Lauro de Freitas (BA) e Alvorada (RS), 2012.**

	Serra	Lauro de Freitas	Alvorada
Cobrança de dívida	-	-	11%
Conflito de casal	13%	-	-
Discussão	6%	89%	21%
Queima de arquivo	-	-	5%
Surto pelo uso de drogas	6%	-	-
Tráfico de entorpecentes	56%	-	47%
Vingança	19%	11%	16%
TOTAL	100%	100%	100%

Entre os municípios avaliados, em Serra há mais relatos sobre problemas na preservação do local do crime, porém, como há proximidade entre os atores encarregados dos atendimentos aos homicídios e em muitos momentos percebe-se um formato de atuação colaborativa, ações para a melhoria da preservação do local do crime já estão sendo tomadas, como a realização de cursos de capacitação oferecidos pelos peritos às equipes das Polícias Civil e Militar. Em Alvorada, contudo, apesar de não serem realizados procedimentos de preservação do local do crime em metade das ocorrências, quando esta ação é realizada ela é mais frequente entre os casos elucidados, o que pode indicar que a preservação é um dos fatores que contribui para o esclarecimento dos crimes. Já em Lauro de Freitas a falta de estruturação dos conteúdos dos boletins de ocorrência impediu que alguns aspectos sobre os procedimentos adotados no local do crime fossem identificados, o que dificultou a análise dos casos dessa cidade.

Em geral, quanto mais claro e mais formalizado o atendimento inicial, mais informações ficam disponíveis na instauração do inquérito e, conseqüentemente, mais focadas são as instruções dos delegados para que suas equipes de investigação comecem a desenvolver os procedimentos de apuração dos casos.

Quando começam os trabalhos internos das delegacias, aqueles direcionados às equipes de investigação, há diferenças nos formatos de condução das ações, aspectos geralmente influenciados por três fatores: o formato da delegacia (se especializada ou distrital/territorial), o perfil dos profissionais envolvidos nas atividades e a relação com os demais atores, especificamente Perícia e Ministério Público.

O fato de a delegacia responsável pela investigação ser uma unidade territorial/distrital ou uma especializada impacta dois pontos importantes: o nível de conhecimento das equipes sobre as dinâmicas dos homicídios e as especificidades dos atendimentos a esse tipo de caso e a disponibilidade de recursos para a realização dos trabalhos de investigação.

Em Lauro de Freitas uma fala muito presente nos discursos dos atores entrevistados diz respeito às dificuldades em atender a uma variedade muito grande de ocorrências contando com uma equipe muito limitada e que muitas vezes precisa empregar recursos próprios para conseguir realizar as atividades cotidianas. Também em Alvorada o principal argumento sobre a melhoria dos trabalhos de investigação depois da implantação da delegacia especializada passa pelo fato de haver maior disponibilidade de pessoas para realizar os trabalhos de investigação, o que permitiu que os investigadores estabelecessem um regime de turnos de atendimento para acompanhar as ocorrências desde o local do crime. Além disso, foi relatado que os procedimentos de oitivas de testemunhas passaram a ser realizados de forma mais minuciosa.

Serra, contudo, apresenta uma situação diferente, já que mesmo havendo uma delegacia especializada, a equipe continua sendo limitada e se refere constantemente à sobrecarga de serviço. Aqui é preciso ressaltar que as delegacias responsáveis por lidar com os homicídios em Serra têm efetivo similar ao de Alvorada, mas lidam com o dobro de casos. Ademais, há volume significativo de casos relacionados ao tráfico, o que também acarreta maior complexidade da investigação. O ganho da existência de uma delegacia especializada não parece ser tão evidente quando é considerado apenas o volume de casos elucidados por estas delegacias, mas a análise do formato de atendimento desenvolvido para lidar com os casos, especialmente o mapeamento dos grupos criminosos, evidencia que a especialização contribuiu de maneira significativa para os trabalhos de apuração dos homicídios mais complexos.

O perfil dos profissionais envolvidos nas atividades de investigação parece afetar o formato das investigações. Em Serra, por exemplo, foi possível identificar uma diferença significativa nos formatos dos inquéritos dependendo dos delegados responsáveis pela condução das atividades. Da mesma forma, parece haver preocupação com a delimitação de um formato de trabalho que

congregue a constante formalização de procedimentos e rotinas de trabalho, mas que também mantenha a discricionariedade dos profissionais para que tomem decisões durante a realização de suas atividades. Assim, percebe-se maior proximidade entre investigadores e delegados e a valorização do trabalho conjunto.

As entrevistas realizadas em Lauro de Freitas e a análise documental dos diferentes inquéritos revelam, contudo, que para essa cidade o procedimento adotado privilegia a centralização do poder decisório na figura do delegado. Essa situação por vezes gera uma “burocratização” dos procedimentos de trabalho, exigindo a emissão de guias para realização de perícias e a autorização prévia dos procedimentos de investigação. Como há sobrecarga de trabalho devido à equipe reduzida e à variedade de trabalhos que precisam ser desenvolvidos pelas delegacias territoriais, concentrar as atividades nas mãos dos delegados acarreta maior dificuldade de atendimento aos processos, pois exige que esses profissionais desenvolvam muitas atividades simultaneamente.

Em Alvorada, a situação é inversa à verificada em Lauro de Freitas: o chefe de investigação constitui figura muito mais presente e com maior poder decisório para o desenvolvimento das atividades de investigação. Em Alvorada, o chefe de investigação torna-se mais responsável pela definição das linhas investigativas e alocação dos membros de sua equipe para a realização das atividades em campo. Também há maior proximidade entre os delegados e as equipes de investigação, sendo recorrente o discurso que aponta a realização de conversas informais e troca de informações com os delegados, que orientam os trabalhos de modo menos formalizado do que o verificado nas demais cidades.

Em relação ao trabalho a ser desenvolvido com a colaboração de atores externos ao ambiente das delegacias, a relação com a perícia parece ser problemática em todas as cidades analisadas, variando apenas o motivo. Em Serra, as falas dos diferentes entrevistados e a análise documental reiteram que laudos em geral não voltam, o que por sua vez parece ter relação com a estrutura da Perícia, que lida com um volume de trabalho muito grande e possui poucos profissionais disponíveis para realizar as atividades solicitadas. Também é evidente que há em Serra uma boa relação entre as delegacias e a equipe de Perícia, havendo troca de informações e proximidade entre os atores, que relataram que em alguns casos chegam a conversar por telefone sobre os homicídios e procedimentos realizados como forma de coletarem maiores informações sobre o crime e a investigação. Ao que parece, em Serra, os problemas parecem estar mais relacionados a uma carência de infraestrutura do que a algum tipo de problema de comunicação.

A relação entre Ministério Público e delegacias durante os procedimentos de investigação dos homicídios varia bastante entre as cidades analisadas. O primeiro dado que revela formatos de trabalho diferentes é a ordem com que as comunicações são feitas. Em Serra, primeiro é realizada a consulta ao MP para que os pedidos sejam encaminhados ao Judiciário em seguida; em Lauro de Freitas e em Alvorada as comunicações são direcionadas ao Judiciário, que as envia ao MP para que este possa se pronunciar.

Outro aspecto diz respeito aos pedidos de dilação dos prazos de investigação. Em Serra e Alvorada parece haver acordos entre o MP e delegados para que as investigações continuem tramitando, sem que seja necessária uma constante formalização de pedidos de prazos. Nesses locais há um entendimento de que exigir que a investigação seja concluída em 30 dias ou que após este prazo sempre haja uma comunicação sobrecarrega ambas as partes. Por esse motivo, em Serra, as comunicações ao MP e ao Judiciário se dão quando há solicitações para realização de mandados de busca e apreensão, quebras de sigilo ou pedidos de prisão, sendo formalizados pedidos de novo prazo apenas para os casos em que não se consegue identificar a autoria dos crimes. Já em Alvorada há um acordo entre DHPP e Diplanco para que os trâmites dos inquéritos ocorram num prazo máximo de um ano, e após este período as investigações precisam ser concluídas (com ou sem elucidação).

Pelo que foi apurado, este é um dos motivos para que não seja constantemente formalizado um pedido de prazo ao Ministério Público.

Também foi constatado que tanto em Lauro de Freitas quanto em Serra há proximidade entre promotores e delegados, o que facilita a comunicação informal entre as partes e aproxima os atores. Dessa forma, o acompanhamento das atividades desempenhadas pela delegacia no curso das investigações de homicídios acontece de maneira mais rotineira. Apesar disso, todos os entrevistados das duas cidades apontaram que é uma exigência legal a formalização dos pedidos. Este é um dado que permite inferir que a falta de documentos que apontem a relação entre delegacia e MP em Lauro de Freitas esteja relacionada a um problema no arquivamento dos inquéritos acessados, não sendo, necessariamente, um indicador de problemas na relação entre delegacia e Ministério Público.

Em Alvorada foi possível identificar por meio da análise documental que pedidos de quebra de sigilo, busca e apreensão e prisão temporária ou preventiva são direcionados ao Judiciário, não havendo formalização da participação do MP durante a definição desses procedimentos. Esse é um dado, contudo, que foi justificado durante as entrevistas como uma questão de formalização, já que não significa que o Ministério Público desconheça o que esteja sendo realizado e apenas tome conhecimento do caso por outras vias. Além disso, durante a análise documental dos inquéritos de Alvorada foi verificada a existência de algumas solicitações feitas pelo MP às delegacias, em consideração ao que a delegacia havia pedido anteriormente.

Como resultado dos procedimentos adotados durante as investigações e dos relacionamentos descritos, as taxas de elucidação de homicídios nos municípios analisados variam entre 30% e 45%, o que significa que menos da metade das investigações iniciadas nessas cidades são concluídas com o indiciamento de um autor.

Tabela 19 – Número de inquéritos instaurados e de inquéritos concluídos elucidados e taxa de elucidação dos homicídios. Serra (ES), Lauro de Freitas (BA) e Alvorada (RS), 2012.

	Serra	Lauro de Freitas	Alvorada
Inquéritos instaurados	304	116	139
Inquéritos concluídos com autoria	97	36	61
Taxa de elucidação	32%	31%	44%

- Formato de condução dessas investigações pelas delegacias, considerando suas limitações e relacionamento com demais atores envolvidos nos procedimentos de apuração dos homicídios.

Apesar desses aspectos, em todas as cidades analisadas a principal prova que sustenta a elucidação dos homicídios é a testemunhal, variando entre as cidades o tipo de prova testemunhal considerada e os procedimentos adotados pelas delegacias para verificar ou complementar as informações apresentadas.

A adoção de diferentes provas e de formatos para a verificação destas informações mais uma vez dialoga com a realidade de cada local e com a disponibilidade de recursos, especialmente pela alta incidência de relatos sobre problemas com a perícia. Em Serra, por exemplo, as principais motivações identificadas ao final dos trabalhos de investigação são as situações que abordam conflitos relacionados ao tráfico. Como as autoridades estão atentas para as dinâmicas relacionadas ao tráfico de entorpecentes e o impacto destes grupos sobre a criminalidade violenta, as delegacias têm como prática o mapeamento dos grupos criminosos que atuam no município e a realização de buscas nas residências desses indivíduos numa tentativa de localizar a arma utilizada para a prática do homicídio.

Por este motivo, foi possível verificar entre os casos de homicídios elucidados a presença significativa de procedimentos de busca e apreensão e solicitações de exames balísticos. Porém, como já relatado, há dificuldades para a realização de perícias nessa cidade, o que talvez explique porque, mesmo havendo solicitação de exames balísticos, a maior parte das investigações elucidadas tenha como base para o indiciamento do autor as informações coletadas exclusivamente em depoimentos de testemunhas. Também por esse motivo, não surpreende a presença de maior número de oitivas nos inquéritos com elucidação de Serra – oito por inquérito elucidado e três nos demais.

Já em Alvorada, como a dinâmica criminal verificada é semelhante à do município de Serra, com um significativo número de ocorrências relacionadas ao tráfico de entorpecentes, verifica-se que a presença de declarações anônimas é mais recorrente entre os casos elucidados. Esse dado reitera o discurso verificado nessa cidade sobre a necessidade de coleta de declarações de forma sigilosa para evitar que as testemunhas sofram ameaças e retaliações. Além disso, em Alvorada, não há confrontos balísticos nem apreensão de armas de fogo mediante mandados de busca e apreensão e operações policiais, apesar de 100% dos homicídios dos inquéritos analisados terem sido praticados por este agenciamento.

Por ser a prova testemunhal a base para o indiciamento, mais uma vez o que se verifica é que entre os casos elucidados de Alvorada há maior média de oitivas por inquérito (são dez declarações para os casos elucidados e oito para aqueles sem elucidação). Destaca-se nessa cidade o fato de que a segunda prova mais utilizada para consubstanciar a autoria é o reconhecimento fotográfico. Pelo que foi possível apurar, 12 dos 20 inquéritos esclarecidos analisados continham procedimentos de reconhecimento fotográfico do autor, utilizando imagens dos bancos de informações da Polícia Civil.

Em Lauro de Freitas, a maior parte das ocorrências analisadas trata de homicídios com motivação banal, fator que parece ter contribuído para a coleta de informações, uma vez que não há testemunhas ameaçadas ou a necessidade de adoção de procedimentos de coleta de depoimentos sigilosos. Além disso, chama atenção o fato de que, em sete dos nove casos elucidados, houve confissão por parte do autor do homicídio. Nestes casos foram apontados os motivos e as circunstâncias do crime. Percebe-se que em Lauro de Freitas a elucidação dos homicídios se baseia num conjunto de informações oriundas de depoimentos testemunhais e confissão dos autores. Também verificou-se maior número de declarações presentes nos inquéritos dos casos elucidados (são quatro oitivas formalizadas nos casos elucidados e três nos casos sem elucidação).

Sobre a participação do MP nas investigações, os três promotores entrevistados apontam a questão da fragilidade da prova testemunhal e a necessidade de apresentação de um conjunto mais abrangente de provas. Ao defender que os inquéritos policiais contemplem mais provas do que um testemunho ou uma confissão, os promotores já estão considerando os possíveis desdobramentos no âmbito judicial: a confissão pode ser desdita no tribunal; testemunhas ouvidas na delegacia podem desistir de repetir seu relato em juízo e a prova do inquérito poderá ser questionada pela defesa.

Apesar dessa preocupação, as solicitações feitas pelo MP geralmente se limitam à requisição das provas periciais já solicitadas pelos delegados, mas não anexadas aos inquéritos. Não foram identificados casos em que o Ministério Público opinou pela invalidação de alguma diligência realizada.

Ao que parece, há impacto quanto à presença de um ator externo à delegacia acompanhando as investigações, mas esta atividade nem sempre compete ao Ministério Público.

As entrevistas permitiram constatar que em Serra há constante preocupação com a formalização dos procedimentos realizados e com a compilação das informações coletadas devido à necessidade institucionalizada de prestação de contas em acordo com o programa Estado Presente, que prevê a realização de reuniões mensais com os demais atores inseridos nas ações de segurança pública do Estado e a apresentação dos resultados obtidos. Assim, os atores alocados nos trabalhos de investigação têm facilidade em relatar seu trabalho, com bom diálogo com os demais profissionais envolvidos nesse processo e presteza para identificar os gargalos que ainda precisam ser resolvidos. Além disso, os diferentes atores entrevistados apresentam falas convergentes, o que reitera a percepção sobre a existência de um bom diálogo entre as partes.

Na Bahia, apesar da existência do Pacto pela Vida, as atividades do programa estão concentradas em Salvador, mesmo havendo metas anuais a serem atingidas por todas as regiões do Estado. Dessa forma, os demais municípios que integram a Região Metropolitana foram pouco beneficiados pela existência do programa. Em Lauro de Freitas, especificamente, atores entrevistados ainda têm dificuldade para relatar a existência desse programa, o papel de cada ator alocado nas atividades de investigação e principalmente a participação do SILCH nesse processo. Isso indica que a falta de comunicação com atores externos ou a existência de algum tipo de controle torna as atividades muito dependentes das dinâmicas de cada delegacia e, conseqüentemente, do perfil dos delegados nelas alocados.

Em Alvorada, apesar de não haver uma política estadual de Segurança Pública focada na redução de homicídios, percebe-se que a existência de uma política mais estruturada no âmbito da Polícia Civil, tendo a Diplanco como órgão central nesse processo, contribui para que os atores tenham maior clareza sobre suas responsabilidades e sobre a cadeia de ações necessárias para que a investigação de homicídios seja exitosa.

Apesar de não ser possível afirmar o impacto direto da existência desses procedimentos sobre a elucidação dos homicídios, os dados coletados e análises apresentadas por este trabalho apontam a grande relevância das articulações interinstitucionais e dos fluxos de trabalho sobre as investigações, especialmente no que tange à capacidade das delegacias de lidar com casos mais complexos.

5 RECOMENDAÇÕES

Considerando os dados apresentados sobre as principais características dos homicídios nas cidades analisadas e os formatos de trabalho adotados pelas instituições para lidar com esses crimes, esta pesquisa buscou construir recomendações para estudos futuros e iniciativas governamentais

com base em dois aspectos: a necessidade de desenvolvimento de ações de prevenção e os aspectos estruturais relacionados aos trabalhos das polícias.

Com relação aos esforços no âmbito da prevenção, o diagnóstico produzido por esta pesquisa aponta três aspectos que deveriam ser tratados com prioridade: o controle de armas, a necessidade de programas de prevenção voltados para a população jovem em territórios vulneráveis e programas de mediação de conflitos.

O primeiro dialoga com o fato de que mais de 80% dos homicídios analisados foram cometidos com armas de fogo, o que alerta para a necessidade de maior controle sobre a circulação de armas e munições como uma das formas de prevenir os homicídios. Desde 2003 o Brasil conta com uma legislação de controle de armas que trata de diversos aspectos relacionados ao controle do acesso e uso de armas e munições, porém, parece haver falhas na sua implementação, que têm possibilitado a circulação desses artefatos e seu uso na prática dos homicídios. Uma das medidas importantes é o investimento no rastreamento de armas apreendidas em crimes e a realização de operações policiais para apreensão de armas.

O alto percentual de vítimas e autores de homicídios com idade entre 15 e 29 anos entre os casos analisados reforça a premência de se desenharem políticas preventivas que visem reduzir o envolvimento do público jovem com a criminalidade, principalmente nas regiões mais vulneráveis. Esse é um desafio complexo e que depende da produção de conhecimento para compreender melhor como se dá esse envolvimento, superando o discurso generalizador que associa todo homicídio cometido por jovens ao tráfico de drogas. De fato, pelo que se depreendeu das leituras dos inquéritos analisados, um percentual de homicídios é cometido em decorrência de conflitos entre grupos rivais vinculados ao tráfico, porém, mais do que investir exclusivamente na repressão das atividades ligadas ao tráfico de entorpecentes, seria importante entender o que leva os jovens a se vincularem a essas situações e, assim, desenhar iniciativas que dialoguem com as necessidades desse grupo, estimulando-o a construir projetos de vida diferentes.

Por fim, a mediação de conflitos também se mostra uma ação necessária já que, apesar de representar um percentual menor diante de casos mais complexos e com ligação com dinâmicas criminais, os homicídios cometidos por motivos banais não podem ser desconsiderados numa política de prevenção. Um exemplo disso é a situação de Lauro de Freitas, onde mortes cometidas por brigas entre vizinhos e desavenças entre conhecidos seriam facilmente evitadas se houvesse espaços de mediação de conflitos e outras estratégias que apoiassem a resolução destes conflitos de maneiras não violentas.

Em relação à melhoria da capacidade de investigação de homicídios, os achados desta pesquisa apontam os seguintes fatores:

- Necessidade de padronização do registro inicial da ocorrência e de protocolos para realização do primeiro atendimento, garantindo maior disponibilidade de informações para que seja dada continuidade às investigações;
- Padronização dos procedimentos de investigação, criando rotinas que facilitem os trabalhos dos delegados, investigadores e demais profissionais envolvidos;
- Fortalecimento e padronização da atuação das perícias, garantindo que estas tenham acesso a mais recursos e que haja preservação adequada do local do crime;
- Investimento em gestão da informação, garantindo a coleta, o processamento e a análise de dados sobre as ocorrências criminais;
- Sistematização das informações produzidas a partir das investigações, garantindo que os gestores tenham acesso a dados mais estruturados sobre o volume de homicídios elucidados e as motivações identificadas, possibilitando um retrato mais fiel dos fenômenos e um processo de tomada de decisão orientado por esses diagnósticos;

- Investimento em mecanismos de proteção às testemunhas;
- Aumento da capacidade investigativa em locais com alta concentração de homicídios, por meio da especialização das delegacias ou do aporte de recursos humanos e materiais às unidades responsáveis por conduzir os trabalhos de investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CNI. Confederação Nacional da Indústria. Pesquisa CNI-IBOPE. **Retratos da sociedade brasileira: problemas e prioridades do Brasil para 2014**. Brasília, fev. 2014.

CNMP. Conselho Nacional do Ministério Público. Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública. **Relatório Nacional da Execução da Meta 2: um diagnóstico da investigação de homicídios no país**. Brasília, 2012.

COSTA, Arthur Trindade M. **A Investigação de Homicídios no Brasil**. Nota técnica. Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, maio 2013.

_____. Criação da Base de Indicadores de Investigação de Homicídios no Brasil. Nota técnica. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, vol. 8, n. 2., ago./set. 2014.

ESTELLITA, Heloisa *et al.* O homicídio em três regiões metropolitanas. In: FIGUEIREDO, I.S. *et al.* (Org.) **Homicídios no Brasil: registro e fluxo de informações**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), 2013.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 7ª Ed. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2013-corrigido.pdf>.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Mortes violentas na cidade de São Paulo em 2011**. 1ª Ed. São Paulo, 2013a. Disponível em: <http://www.soudapaz.org/upload/pdf/conhecimento_mortes_2011_relatorio_web.pdf>

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Homicídios na Cidade de São Paulo: Diagnóstico das Ocorrências Registradas entre Janeiro de 2012 e junho de 2013**. 1ª Ed. São Paulo, 2013b. Disponível em: <http://www.soudapaz.org/upload/pdf/conhecimento_homicidios_sp_em_2012_web_isbn.pdf>

MINGARDI, Guaracy. **A Investigação de Homicídios: a construção de um modelo**. Brasília: Ministério da Justiça, 2005.

MIRANDA, Ana Paula Mendes *et al.* **Avaliação do Trabalho Policial nos Registros de Ocorrência e nos Inquéritos Referentes a Homicídios Dolosos Consumados em áreas de Delegacias Legais**. Relatório final de pesquisa. Brasília: Ministério da Justiça, 2006.

_____. **Análise dos Registros de Ocorrência e dos Inquéritos Policiais Referentes ao Crime de Homicídio Doloso na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/Artigo2007007.pdf>.

MISSE, Michel (Org.) **O inquérito policial no Brasil: uma pesquisa empírica**. Rio de Janeiro: NECVU/IFSC/UFRJ; BOOKLINK, 2010.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual de Polícia Judiciária**. São Paulo, 2000.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual Operacional do Policial Civil**. São Paulo, 2002.

RATTON, José Luiz. Refletindo sobre o inquérito policial na cidade do Recife: uma pesquisa empírica. In: Misse, Michel (Org.). **O inquérito policial no Brasil: uma pesquisa empírica**. Rio de Janeiro: NECVU/ IFCS/UFRJ; BOOKLINK, 2010.

RIBEIRO, Ludmila *et al.* **Fluxo de registro de mortes violentas em uma perspectiva comparada: Recife, João Pessoa e São Paulo**. Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). No prelo.

VARGAS, Joana Domingues (Coord.). Uma abordagem empírica do inquérito policial: o caso de Belo Horizonte. In: MISSE, Michel (Org.). **O inquérito policial no Brasil: uma pesquisa empírica**. Rio de Janeiro: NECVU/ IFCS/UFRJ; BOOKLINK, 2010.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012: Os novos padrões da violência homicida no Brasil**. Instituto Sangari, São Paulo, 2011.

Legislação Consultada:

BRASIL. Presidência da República. Constituição Federal. Brasília, 5 de outubro de 1988.

_____. Presidência da República. Código de Processo Penal, 3 de outubro de 1941.

